



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR SOBRE OS IMPACTOS DA ENCHENTE DO RIO MADEIRA NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS, URBANAS E RURAL DE PORTO VELHO

EM: 25.03.19

INÍCIO: 9h23min

PRESIDENTE: SR. MARCELO CRUZ

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Bom dia a todos. Invoco a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para tratar sobre os impactos da cheia do rio Madeira nas comunidades ribeirinhas, urbanas e rural de Porto Velho.

Quero agradecer, primeiramente a presença de todos, todos os nossos amigos que pelo convite se fazem presentes. Antes de dar início, quero convidar aqui para a Mesa, a senhora Liana Silva, Secretária Adjunta da SEAS; convidar o senhor Major Bombeiro Tadeu Sanches Pinheiro, nosso professor, entende muito. Convidar o senhor Marcelo Santos, Coordenador da Defesa Civil, desde 2013, 2014 vem atuando bravamente, ajudando nossos irmãos, nossos amigos. Convidar

o Excelentíssimo Senhor José Arimateia, Vice-Presidente da Emater.

Meus amigos, quero agradecer a presença de todos vocês. Nós sabemos da problemática que está acontecendo no nosso município, na questão das cheias. E muitas pessoas me perguntaram: "Marcelo, por que você está comprando essa briga? Por que você foi lá ao Baixo Madeira, viu a situação dos nossos irmãos, dos nossos amigos". Mas poucas pessoas sabem que na minha família, a gente teve essa problemática. A minha avó, com 80 anos de idade, morreu no ano de 2017, e ela foi atingida por aquela barragem, a cheia ali de Santo Antônio e ela passou praticamente a vida dela quase toda, atrás de solução. Não estou aqui acusando a usina desses acontecimentos que estão ocorrendo, das enchentes. Inclusive, eu estive na Defesa Civil, e o Major Tadeu me deu uma aula. Falou das dificuldades e das soluções; falou dos problemas, o que a usina trazia de problemas e o que as pessoas falavam de dificuldades que estavam tendo, que não existia aquilo que estava falando. E ele me deu uma aula técnica e eu absorvi pouca coisa, mas, me convenceu. E, diante disso, das dificuldades que eu tive dentro da minha casa, a minha avó morreu querendo ser indenizada. Eu via as dificuldades que ela teve na época, da enchente, as histórias que ela contava, e com isso eu me sensibilizei e eu disse: por que não comprar essa luta, comprar essa briga? Tantas pessoas com dificuldades e o Poder Público sem poder chegar realmente aonde ele precisa chegar.

Eu quero agradecer a presença de todos aqui, da Emater, da Defesa Civil, tanto do município quanto do Estado, da SEAS. Eu tenho certeza que depois desta reunião, depois desta Audiência, a gente vai trazer soluções. Esta Audiência é para a gente discutir, ouvir as problemáticas e saber realmente as dificuldades que estão acontecendo, que

muitas das vezes, a gente apenas vê por foto, por vídeo, mas, a gente não sabe da realidade. Eu tenho certeza que têm pessoas aqui que sabem da problemática e da realidade, e a gente está aqui para ouvir e achar soluções.

E o que eu peço aqui é para nós nos atermos a esta Audiência, que é a questão da cheia. Não a gente se ater a outras problemáticas que no futuro a gente vai trazer para que realmente a solução a gente vai ter que trazer. E eu gostaria agora, neste momento, que cada um se apresentasse, depois a gente vai dar a palavra para que possamos realmente discutir ainda mais. Só mesmo para a apresentação e depois que a gente ouvir realmente os problemas, as dificuldades, eu vou dar a palavra para cada um dos senhores que estão aqui compondo a Mesa, está certo?

Começar aqui pela Excelentíssima Senhora Liana Silva, Secretária Adjunta. Sua apresentação.

A SRA. LIANA SILVA - Bom dia a todos. Cumprimento aqui a Mesa, na pessoa do Deputado Marcelo Cruz. Agradeço esta oportunidade de estarmos juntos, pensando numa melhoria para quem realmente está necessitando, que são os nossos ribeirinhos, as pessoas que estão aí sofrendo com esse problema de inundação. Eu sou a Secretária Adjunta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Assistência Social, Liana, e, eu estou aqui para a gente, juntos, buscarmos minimizar o sofrimento das pessoas que estão sofrendo essa problemática.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Obrigado, Secretária. Quero aqui cumprimentar o senhor Osvino, Consultor da Presidência da Fecomércio. Seja bem-vindo.

Obrigado. Quero aqui também cumprimentar a presença dos moradores do Baixo Madeira, sejam bem-vindos. Cumprimentar aqui também os moradores do bairro Itacã. Agradecer as presenças aqui dos moradores do bairro Milagres também. Muito obrigado pelas presenças de vocês. Agradecer aos moradores do bairro Triângulo; agradecer a presença da senhora Fabiane Passarini, Coordenadora Geral da SEAS. Muito obrigado.

Agora o nosso Major Tadeu, com a palavra.

O SR. TADEU SANCHES PINHEIRO - Sou Major Sanchez do Corpo de Bombeiros. Nós somos o Coordenador Estadual da Defesa Civil e atuamos aí em parcerias tanto com a SEAS quanto à Prefeitura em resposta aos desastres de forma geral.

A Defesa Civil do Estado é sempre o segundo, a gente costuma dizer que nós somos sempre o segundo degrau na resposta de qualquer desastre. O primeiro degrau é e sempre ser do município e segundo degrau com o apoio, o aporte e a melhora de recursos do Estado, através da Defesa Civil do Estado, que utiliza toda a estrutura Estadual, Secretaria de Assistência Social, o DER e demais Secretarias para apoio a desastres de qualquer natureza como este que nós estamos passando.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Quero agradecer também a presença da imprensa, muito obrigado, que é o que vai dar notoriedade a nossa Audiência. O Senhor Marcelo Santos, coordenador da Defesa Civil.

O SR. MARCELO SANTOS - Bom dia a todos. Em primeiro lugar agradecer a Deus por estarmos aqui reunidos; ao Deputado Marcelo Cruz, por proporcionar esta Audiência Pública em relação aos impactos da cheia 2019. Onde nós estamos aqui com os principais órgãos envolvidos nesta ação de resposta. E dizer que a Defesa Civil, a prerrogativa da Defesa Civil Municipal é dentro do território de Porto Velho, Alto, Médio, Baixo Madeira e área Ribeirinha Urbana. Enquanto bem explicado pelo Major Sanches, a prerrogativa é trabalhar o Estado todo, além de Porto Velho. É uma missão, mas, digamos assim, árdua. E nós temos muitos problemas, hoje, com a cheia de 2019, que ela está sendo atípica em relação ao ano passado. E, aí nós trataremos de assuntos aqui para a melhoria e as ações de mitigação e também para minimizar esses impactos, porque a cheia não tem como a gente evitar. Mas, tem como a gente minimizar o sofrimento da população ribeirinha e daqueles atingidos diretamente.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Obrigado Marcelo. Se apresentar o senhor Excelentíssimo José de Arimatéia, Vice-Presidente da Emater.

O SR. JOSÉ DE ARIMATEIA - Agradecer a Deus por estar presente aqui nessa Audiência Pública, em especial ao Deputado Marcelo Cruz, parabenizá-lo, Deputado, por essa iniciativa. E, dizer que é Emater/Rondônia está presente, está junto com essa ação, colocando aqui em nome do nosso Presidente Luciano Brandão, não pode participar porque está em outro evento, mas, a gente está aqui colocando toda estrutura organizacional da Emater/Rondônia à disposição de todo o aparato que trabalha a questão das enchentes. Dizer que em nome da Secretaria de Agricultura do Governo do

Estado de Rondônia, estamos presentes e devido a nossa capilaridade de estar presente em nove novos escritórios locais da Emater só em Porto Velho, a gente coloca aqui, Deputado, à disposição da Assembleia Legislativa e de toda população. E, quero parabenizar de verdade a sua iniciativa. Obrigado.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Muito obrigado, agradecido. Vamos dar início aqui a rodada de falas, de perguntas. Vamos iniciar. A Nágila é de São Carlos, é uma guerreira que sempre batalhou, desde 2014, a gente tem acompanhado aí a luta dela incansável por aquela comunidade, as pessoas ali do Baixo Madeira. Com a palavra.

A SRA. NÁGILA MARIA PAULA - Bom dia a todos. O Deputado Marcelo já me apresentou. Meu nome é Nágila, sou do Distrito de São Carlos. Primeiro, quero agradecer em nome do Deputado, essa iniciativa de realizar essa Audiência Pública para que possam trazer alguma resposta. Porque o ano passado, desde 2014 até o ano passado nós tivemos várias audiências públicas com os Deputados e não tivemos respaldo em nada. E estou confiante, Deputado Marcelo, que através do seu trabalho, da sua boa vontade possamos esse ano ter uma resposta boa e possamos ter um trabalho melhor para os ribeirinhos, para os agricultores que perderam toda a sua agricultura e a maioria está desacreditada, foi difícil convidar e vir, vieram poucos, mas, os poucos que vieram, tenho certeza que vai representar muito bem aqui o nosso Distrito e o Baixo Madeira. Bem, eu não tenho mais palavras não, porque até eu também estou um pouco revoltada com tudo isso, mas, obrigada por sua iniciativa.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Nágila, você poderia, você que mora lá, gostaria que você discorresse das problemáticas e as dificuldades que vocês mais sentem e o poder público que poderia ajudar muito mais, que ajudaram em 2014, que agora não tem a ajuda que teve naquele ano.

A SRA. NÁGILA MARIA PAULA - As problemáticas quando o rio enche, que a maioria disse que é a natureza e nós sabemos, com certeza, que não é, a natureza ela ajuda, mas, as maiores culpadas são as Usinas, a maior problemática lá é a falta de recursos, principalmente, para os agricultores que perdem toda a sua plantação, o seu meio de vida e o sonho de um ribeirão é ter sua moradia digna, voltar a ter sua vida resgatada porque a gente desde 2014 perdemos nossa vida, a gente vive lá porque não tem outro meio de vida, não nos deram outro meio, outra perspectiva de vida. Então a gente continua onde nós estamos porque achamos melhor voltar para o nosso local de origem porque lá a gente tem mais possibilidade de sobrevivência. O que revoltou muito alguns ribeirinhos foi não ter conseguido apartamento ou casa aqui, muitos foram cortados porque eram ribeirinhos, e, o Governo do Estado, e, a Prefeitura achou que não era de direito a gente ter moradia aqui, alguns conseguiram porque nós temos, Marcelo, uma comissão, Comissão dos Atingidos pela Cheia do Rio Madeira, que eu e o Cabo Moura fazemos parte, até hoje ela ainda existe pelo Governo do Estado, não foi ainda baixado o Decreto de exonerar a gente, fazemos um trabalho voluntário desde 2014, nunca paramos não é Moura? Estamos aí enfrentando com algumas Lideranças que também nunca pararam e estão aí com a gente e a nossa dificuldade lá é o meio de vida, é a

nossa perspectiva de vida que não temos mais como a gente tinha antigamente.

Então, o que nós queremos: que as Usinas acordem e dê para nós os nossos direitos que nós perdemos, nós perdemos praticamente tudo e tivemos que comprar tudo de novo, trabalhar para comprar tudo de novo para construir tudo de novo. Então, que eles se sensibilizem e indenize a gente, pelo menos que dê os danos morais, que é o que nós sentimos que perdemos. Muitos agricultores, muitas famílias estão sofrendo por causa disso, a falta de respeito que eles estão tendo conosco.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Obrigado Nágila, muito obrigado pelas palavras.

Vamos agora ouvir o Senhor Paulo de Souza, representando o Baixo Madeira.

O SR. PAULO DE SOUZA LIMA - Bom dia a todos! Sou Paulo de Souza Lima, você já falou aí, represento a localidade Distrito de São Carlos, Ilha do Monte Belo com 22 famílias, que ela falou a respeito da enchente de 2014, nós perdemos tudo o que tinha também, nós podemos comprovar que nós perdemos o que tinha, nós temos fotos ainda, temos gravações ainda de lá que nem ela acabou de falar, uns falam que não é sobre as Usinas, mas, eu nasci e criei no Baixo Madeira, nasci lá no Cuniã, na localidade por nome Cuniã que tem aqui embaixo, eu tenho 62 anos de idade nunca vi uma cheia pré-histórica que nem esse jeito aí de 2014 quando bem alagava passava 10 dias a água já descia, ninguém perdia nada que tinha, mas, quatro meses em cima de uma terra uma enchente que acabou com tudo o que tinha até

a própria mata da beira rio acabou. Ainda tem alguém que tem coragem de dizer que não é por causa da barragem, a enchente aí. Não! Por de causa que todo ano nós tivemos aqui inverno e verão, todo mundo aqui conhece, como você acabou de falar da sua avó, que eu estava ouvindo, eu sou filho de ribeirão também. Então, é o que a dona Nágila acabou de falar aí, nós estamos esperando uma solução do que nós perdemos, nós trabalhamos tanto, como nós podemos comprovar que até hoje ainda tem bem nosso enterrado debaixo da terra e ninguém tomou uma providência por nada. São muitas promessas, espere aqui, espere acolá, vamos voltar lá atrás como foi falado da nova São Carlos que ia ser assentada em outros lugares, botaram uma pedra em cima disso aí e isso aí se acabou e o povo está lá em São Carlos do mesmo jeito sofrendo a mesma calamidade e nós no Baixo Madeira do mesmo jeito. Eu acho muita oportunidade você ter tomado uma atitude dessas e ter nos representado aqui nesta reunião viu, porque nós não podemos falar, não tem como chegar, então, através de um Parlamentar que nem o senhor nós podemos falar o que sentimos. Somos 22 famílias nessa localidade e estamos esperando por uma resposta do que pode acontecer com nós, perdemos tudo o que tínhamos; bens materiais, as plantações, tudo, tudo, tudo, tudo e estamos sem nada até agora esperando por uma solução, ou do Governo ou de algumas pessoas, ou da Santo Antônio Energia que possa tomar uma providência nessa responsabilidade, nós queremos os nossos direitos e um lugar para nós trabalharmos para sobrevivermos, porque um cidadão que nem eu que não tive estudo, que não tivemos lugar para se formar nós vivemos da agricultura, se não tiver um lugar para a gente trabalhar, a gente vai passar necessidade no Estado de Rondônia.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Muito obrigado senhor Paulo.

Eu fiz um Ofício, a gente pedindo da SEDAM, do IBAMA, SEMAS que é da Prefeitura; a gente pedindo informações em relação aos Licenciamentos, a partir daí a gente vai começar a tomar realmente providência a gente não vai cavar, mas a gente precisa saber realmente o que foi prometido por essas usinas, o que o Estado prometeu, então, eu preciso entender, eu estou chegando aqui, é o nosso primeiro mandato, mas, eu preciso entender. Eu estava falando até para uns amigos, o Alan estava até sábado, eu disse: "olha, tem muita coisa que eu realmente não sei por que eu estou chegando agora, mas, para você aprender, você tem que buscar informações. E é esse o nosso primeiro passo é isso aqui, a gente quer saber as dificuldades que vocês estão sentindo, a gente trouxe aqui a Defesa Civil, a SEAS para saber, a problemática, muita gente está reclamando dizendo que não está chegando água potável, que os poços estão todos inundados. Então, é mais isso que a gente quer procurar hoje sanar e resolver e levar a solução, para depois, posterior a gente começar ir atrás das problemáticas, o quê que a usina trouxe para cá de malefício, de problemas aqui para a nossa região de Porto Velho. Mas, me sensibilizei com vocês, eu tenho certeza que vocês terão uma voz aqui no parlamento, um amigo. E não é questão de eleição, voto, porque eleição é só daqui há 04 anos; realmente, a gente quer trabalhar pelo povo. Muita gente fala assim: "Marcelo, eleição, é só com os 02 últimos anos que a gente tem que começar a trabalhar". Mas, o povo me elegeu para que eu pudesse trabalhar desde o primeiro dia de mandato e é isso que eu vou fazer incansavelmente; pode contar com o Deputado Marcelo Cruz.

O Senhor Alessandro Borges, representando a área do setor de Cujubim Grande.

O SR. ALESSANDRO BORGES - Primeiramente bom dia a todos, as autoridades aqui presentes. Eu sou Alessandro Borges, morador da área rural; aqui no Distrito de Cujubim Grande, imagino, que talvez a maioria conheça. Uma área, Deputado, diretamente atingida, infelizmente pela cheia, eu conheço muito bem São Carlos, o Professor Joanir que apareceu ali, deve conhecer lá o Senhor Leôncio, o Alcides, o Joanir foi chorando no ônibus que perdeu as coisas o Vla, compadre Vla. Então, conheço muito bem a comunidade, ando lá, tenho parentes lá, familiares e faço das suas palavras, do nosso amigo aqui. É impossível, Deputado, eu não estou aqui para achar culpado ou querer apontar alguém ou algum culpado. Mas, é impossível uma água desse porte de um rio tão grande, baixar duas, três vezes ao dia e subir duas, três vezes. No meu limitar do conhecimento, um amigo é nascido e criado no Baixo Madeira, tem uma opinião mais embasada do que a minha, de conhecimento de causa, a minha não; sou de Rolim de Moura, tenho 14 anos que resido aqui no Município de Porto Velho e sou apaixonado por esse Baixo Madeira, tanto que tenho familiares. E aqui, aqui são histórias contadas, histórias de vida, são pessoas que são nascidas e criadas na comunidade, que se vierem para uma cidade igual a Porto Velho, uma cidade de correria, de agito, elas não vão conseguir sair aqui, se manter. Então, são pessoas que têm que ser amparadas. Eu vou falar do meu setor, que é a área rural, onde famílias perderam plantação que seja de abacaxi, seja de banana, que seja de macaxeira, perdidas, não é que perdeu a metade ou um pouco, perdidas, áreas que totalmente alagadas e não tem condições simplesmente de mais nada, simplesmente esperar baixar a

água e recomeçar. O agravante disso é o seguinte: devido os dados da própria SEMAGRI, que 95% da produção do Baixo Madeira da área rural, foi perdida. Agora, famílias que tiraram o financiamento para estarem plantando e simplesmente perderam e não tem com o que pagar e a própria Secretaria está vendo meios agora de alongar esse prazo para essas famílias, produtos, Deputado, que iam ser entregues, inclusive, para escolas, para escolas, escolas que, inclusive, outra pauta, estão sem aulas por falta de transporte público, mas, é outro assunto. Então, de antemão, eu quero parabenizar a iniciativa, mas, que não seja apenas uma iniciativa com autoridades aqui presentes, sejamos mais afoitos nesse assunto, e vamos pegar mais firme porque, repito, no meu limitado conhecimento, uma usina desse porte, desse patamar em nível mundial, vamos falar assim, não se preocupar com pequenas comunidades, pequenas comunidades, eu estou falando, não é uma cidade, pequenas comunidades produtoras tradicionais da cultura familiar, que seja ela de qualquer tipo de produção, eu acho um descaso muito grande. As compensações que você falou aí o seguinte, eu também costumo ler muito, recentemente, eu estive lendo agora o Plano de Contingência que a usina soltou, no meu conhecimento os profissionais aqui são muitas coisas que podem ser alteradas para beneficiar, muitos detalhes, muitos pontos que podem ser melhorados. Mas, Deputado, eu quero de antemão, não apenas cobrar, deixar uma ideia também aqui, se eu estiver errado, o senhor pode me corrigir. Não é possível reunir e tentar segurar essas famílias? Tentar montar um plano de prevenção? Sabe por que esse plano de prevenção? Porque sabe qual é o medo das pessoas que moram à margem? É que ano que vem, vai alagar de novo, eles estão se preparando para o ano que vem. Então, não é uma questão, Deputado, que foi um caso isolado, não, eles simplesmente estão se

preparando já para o ano que vem. As dificuldades, você imagina um pai de família que planta a sua macaxeira, a sua banana, ele deitar e acordar a água subindo dentro da sua casa, fora os prejuízos que já foram feitos. Então, Deputado, repito, vamos tentar, eu falo vamos, porque eis o ditado, uma andorinha sozinha não faz verão, a presença de cada um aqui é importantíssima, com as autoridades aqui presentes, repito, de forma amigável. A usina, eu não sei se é por falta de patamar social, mas, a usina, a assessoria é um acesso difícil demais, difícil, difícil. Eu estive recentemente, elaborei um ofício para pedir um sinal sonoro às margens da área urbana, tanto na área todinha de Porto Velho, devido a essas catástrofes que vêm acontecendo de barragens estouradas, é totalmente, repito, é totalmente diferente barragens de mineradora para barragem de água, mas, o sinal sonoro é obrigatório a ter, ele é obrigatório a ter; enfim fugindo um pouco do assunto aqui. Mas, eu me refiro o difícil acesso, o difícil respaldo que a gente tem da usina, se era para ter uma assessoria muito mais fácil, um acesso muito mais fácil. Vou me encurtar aqui, Deputado, para não alongar muito a fala; terminando o meu raciocínio, de forma amigável, vamos tentar com a usina um bom diálogo assegurar essas famílias, porque nunca, eu acho, eu vou dizer nunca, mas, dificilmente, alguém vai conseguir provar na justiça que a culpa é da barragem, porque se não conseguiu provar até agora, desde 2014, não vai conseguir, talvez agora com o Deputado seja uma exceção, não é Deputado? E eu torço muito para que isso aconteça. Então, que não seja de forma amigável, seja perante a justiça. Entramos com ação, eu falo entramos pessoal, porque eu também sou morador, então, eu me coloco no lugar. Então, tentamos ter esse diálogo, o Deputado já está se embasando melhor, quais fora as recompensas não, compensações, compensações. Eu sei de compensação de carros aí que nunca

sequer eu vi rodando da usina, nunca sequer, eu vi rodando; tem agroindústria parada de compensação, que eu nunca vi funcionando por ter falta de matéria-prima, sabe onde está a matéria-prima? Sendo alagada aí no Baixo Madeira. Então, pessoal, desculpa aí um pouco da revolta, até certo ponto, eu estou cobrando, mas, eu estou querendo dar uma ideia se possivelmente pode ser um caminho Deputado. Entrar nesse diálogo, uma forma de assegurar essas famílias perante a nossa Constituição, perante a Lei de maneira legal, mas, que esse caminho seja feito, porque Deus abençoe que não, mas, eu tenho quase certeza, convicção que o ano que vem infelizmente essa água sobe de novo e têm mais famílias sendo prejudicada e estradas, pessoas isoladas, pessoas sem água mineral. Então, a Defesa, quero exaltar aqui o trabalho da Defesa Civil, com um patamar limitado de pessoas, mas, bravamente trabalhando, e muitas pessoas, o Marcelo está aí, passando sede porque as comunidades devido à água lá subir, acho que nem para lavar roupa a pessoa vai querer mexer na água com medo de se contaminar. Então, a água é de suma importância, eu acho, posso estar enganado, mas, a Defesa Civil, não tem culpa nenhuma por essa demora. E desculpa a minha expressão aqui, não estou aqui fazendo partido de ninguém, mas, um Prefeito fazendo videozinho para fazer chamamento de carnaval, isso não existe, isso não existe. Parabéns pelo senhor ter ido lá pessoalmente lá colocado o pé na água, não pegar um avião e sobrevoar, está bom Deputado? Então, encurtando a minha fala, me desculpa falo bastante, não é? Obrigado pela oportunidade, eu espero que esse assunto não fique só aqui, que a gente dê continuidade nele, eu espero muito poder ter acesso aqui como o senhor está abrindo acesso para a gente discutir e achar maneiras concretas e sérias para a gente estar solucionando esse problema dessas enchentes, e, repito, vamos achar um meio de pelo menos assegurar porque a usina

não vai dá terra de novo para ninguém, porque a gente chega lá neles e eles falam que não tem como mais porque não é culpa deles. Então, perante a lei de forma amigável vamos achar soluções, acho que todos aqui, eu também não tenho conhecimento de estudo, mas, não tem como uma água ficar 3 meses, 2 meses, 4 meses, nunca ter acontecido de 2014 para cá, não ser culpa diretamente de uma barragem desse tamanho, está bom? Obrigado a todos.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Obrigado Alessandro, boa fala, você enalteceu a Defesa Civil, e enquanto estou me lembrando aqui quero chamar a atenção, inclusive, a Defesa Civil em 2014, Marcelo, era uma Secretaria, não é isso? E hoje é uma Coordenadoria, então, inclusive, vou ter uma reunião com o prefeito e vou pedir para o prefeito para que volte a ser Secretaria para ser ordenadora de despesa, porque tantas problemáticas que a gente tem, tantas dificuldades, a gente precisa realmente que a Defesa Civil do Município de Porto Velho seja uma Secretaria.

Quero aqui cumprimentar o Exmº Deputado Léo Moraes, obrigado pela presença. Também quero aqui cumprimentar o representante do Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB, Senhor Geovane Souza, bem-vindo meu nobre, minha avó fez parte por mais de 20 anos desse movimento e a gente sabe o que aconteceu na Usina de Samuel, mais de 650 famílias não foram indenizadas e a gente vê a mesma novela, a gente só vê as problemáticas diferentes, mas, a gente vê que a história praticamente é a mesma, e é o que está acontecendo com os nossos ribeirinhos. Alessandro, muito obrigado pelas palavras, eu tenho certeza que num futuro próximo a gente vai ter mais...

Aqui o Cabo Moura. Olha vamos se ater aos três minutos no máximo porque tem bastante gente para falar, está bom? Eu vou contabilizar aqui no cronômetro, com a palavra.

O SR. CABO MOURA - Bom dia a todos, é uma satisfação nós estarmos aqui mais uma vez, parabenizar o senhor Deputado por essa iniciativa, iniciativa brilhante porque realmente os nossos ribeirinhos estão sofrendo e precisando de nós, nós voluntários, não é, nós voluntários.

Deputado, você perguntou da amiga Nágila que também fez parte com a gente de uma comissão constituída pelo Governo do Estado para trabalhar com os ribeirinhos nas suas respectivas comunidades, ela frisou bem em relação ao descaso das autoridades. O descaso, porque nós tivemos terras, compras com dinheiro público e esse povo não foi relocado, terras públicas pagas, superfaturadas, e, esse pessoal não foi para essas terras, este pessoal voltou e está aí o problema de novo e daqui a pouco vai ter um monte de gente batendo na porta do governo querendo de novo uma ajuda de custo para sobreviver com seus filhos. Porque eu não sei de onde que foi a incompetência, o Ministério da Integração mapeou essas áreas e mostrou que essas famílias não poderiam mais ficar lá, tinha que tirar essas famílias e enrolaram, enrolaram, enrolaram e está aí o pessoal votando e o povo sofrendo. Deputado, o companheiro aqui falou muito bem e porque não colocar uma sirene aí? Quem garante? Ah! É placa tectônica que vai bater, é não sei o quê, não pode essas usinas pipocar aí? Deixa ela pipocar lá em cima lá, pipoca aqui a outra para ver, Deus me perdoe a expressão, mas, é bom porque vai primeiro os bacanas, os bacanas que moram no centro vai tudo, porque quem é que disse que não vem um terremoto e essas usinas aí? Mas, pela ganância das autoridades deixaram fazer dois grandes

empreendimentos e a cidade aqui embaixo, veja o que aconteceu com Brumadinho. Deputado, eu gostaria muito que o senhor realmente não ficasse mais numa audiência pública, nós já participamos muito, já participamos muito; leva a nossa mensagem aí, Deputado Léo Moraes, para Brasília para que realmente essa coisa flua, meu irmão. Ministério da Integração, é vergonhosa a situação, agora todo ano os nossos ribeirinhos, nós sofrendo lá, os caras perderam tudo, perderam mandiocal, perderam bananal, estão sofrendo, e engraçado é que ninguém vê um vereador lá, parabéns pela sua ida lá. Na época da política todo mundo batendo na porta, pegando menino buchudo nos braços, depois some esse pessoal, dá licença, meu irmão. Eu não quero me alongar porque eu também tenho um pouco de revolta, existe muita média, muita hipocrisia, e, o povo tem que aprender a votar, tem que saber verdadeiramente quem é que vai lá e quem representa vocês. Meu muito obrigado.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Muito obrigado pelas palavras, Cabo PM Moura; obrigado pela sua presença, a gente sente sinceridade. Eu tenho certeza que não vai ficar só nesta audiência pública, a gente realmente vai atrás para resolver os problemas e as problemáticas que esse povo tanto sofre. É bom até o Deputado Léo Moraes esteja aqui, porque a gente, como deputado estadual, a gente tem uma dificuldade maior de chegar às usinas, e ontem a noite o Deputado mandou mensagem para mim: "Marcelo, essa luta também é minha, estamos juntos, eu tenho certeza que a gente vai trazer soluções". Obrigado, Deputado Léo, mais uma vez.

Senhor Alan França com a palavra.

O SR. ALAN FRANÇA - Bom dia a todos. Primeiramente quero agradecer a Deus pela oportunidade, agradecer a Vossa Excelência Deputado Marcelo, pela ação e cumprimentar toda a Mesa em seu nome, juntamente com o meu amigo Deputado Léo Moraes que está aqui presente.

Deputado Marcelo, eu venho falar aqui da região ali do Abunã de onde eu tenho propriedade, uma propriedade familiar junto com meu pai, e ali nós temos uma região forte na agricultura familiar com os ribeirinhos que fazem o plantio de abacaxi, e macaxeira, e nós somos a parte da pecuária.

Eu venho aqui alertar Deputado Marcelo que a gente sabe sobre a questão dos atingidos, fala sobre a questão da cheia, mas, a própria Usina em si acaba se colocando, se esquivando que a responsabilidade não atribui a ela. E eu venho de uma forma contestar, até mesmo porque desde a minha infância eu conheço a região, viajo todo final de semana praticamente para ir à propriedade e nós vimos aqui algumas alterações na questão ambiental. E eu fico até aqui Deputado Marcelo creio que Vossa Excelência convidou o Secretário da Meio Ambiente, da SEDAM. Por que a gente faz uma discussão acaba sendo unilateral, só a comunidade e o Gestor que é de fiscalização, que é a SEDAM, que eu acho que poderia estar aqui presente também um representante para discutir isso com pauta, e não está presente. Fica uma discussão de unilateral. Quero aqui também alertar sobre o Arimatéia que é da EMATER, um amigo, da importância. Duas questões: o Abunã, o Distrito do Abunã, todos sabem quem conhece, Deputado Léo está aqui presente e o Deputado Marcelo também as autoridades presentes. Sabem que a região, ela foi afetada e indiretamente as usinas, principalmente a energia sustentável que é Jirau, que tem uma discussão mais agravante, não se consegue o contato com

ele. Quem sabe aquele Movimento de Atingidos por Barragens ali, sabe. E o que acontece hoje na região? Nós temos um solo encharcado, a comunidade qualquer chuva ou qualquer alagação que dá acima nas Cordilheiras dos Andes, a comunidade acaba sendo afetada e toda a área da Agricultura que eu falo com conhecimento, também foi atingido e eles não querem reconhecer de uma forma à atual situação. Porque eu imagino a dificuldade das usinas porque ela não tem o conhecimento técnico real do que se aconteceu. O estudo, em maio de 2015 eu fiz um ofício para a Energia Sustentável em fevereiro e eles não me responderam. E novamente eu fui lá e reiterei o pedido e pedindo Parecer técnico e eles foram até a minha região, que hoje na comunidade da Vila da Penha onde eu tenho propriedade. E essa propriedade hoje, ela se encontra alagada, não só a minha como várias outras. Eu tenho aqui imagens, tenho fotos, e eles foram fazer a vistoria e simplesmente eles me responderam na minha vistoria, logo após que eu reiterei pedido, falou assim: "olha, está 15 km da cota, não está a parte de atingido". E pronto, acabou. Certo? Fizeram a vistoria no Ramal São Sebastião e Ramal da Penha. O que acontece hoje no Ramal da Penha? São 17 km que liga entre Abunã e Vila da Penha, que é a antiga BR, a antiga trilha do trem. E ali no Governo de 2010, no ano de 2010, o DER antes da questão das usinas; o DER fazia as estradas e recuperava ali com o programa, e desde aquele Governo nunca mais o DER entrou naquela estrada porque não tem condições de fazer o cascalhamento da estrada. Por qual motivo? Por causa do encharcamento e das alagações que atingiu a estrada. E antes disso sempre teve estrada, após a usina não tem mais a estrada. E, aí, o que acontece? A gente tenta chegar com a comunidade e questionar, isso já lá na ponta, mais acima, acima do Abunã, certo? E hoje está alagado. E hoje nós temos lá, eu queria uma oportunidade

aqui, Deputado Marcelo, convidar aqui para a gente fazer uma visita na comunidade, ir lá ao Abunã, ir lá ao Ramal São Sebastião aonde eles já pegaram, fizeram um levantamento, acabaram reconhecendo que teria que ser indenizado isso já vai fazer 06 anos, eles nunca mais voltaram lá e ficam enrolando, protelando, levando para a justiça para fazer indenização, visivelmente. Nós tínhamos uma imagem, nós tínhamos acesso ao transporte, trafegávamos, e hoje não temos mais isso.

Então essas dificuldades que nós temos que colocar porque as pessoas não só do Baixo Madeira, também do Alto Madeira também estão sendo atingidos. Eu falo, por exemplo, para você sair hoje do Abunã para ir para Vila da Penha, um estudante para estudar hoje, ele tem que percorrer 55 km. E se a estrada tivesse ali permanente, trafegável ele rodava 17 km, ele tinha acesso. Então várias questões têm que ser discutidas. Então eu venho aqui salientar, colocar isso como olho do ser humano mesmo, porque nós vimos, nós sabemos que as usinas tinham que fazer supressão das matas ao redor do Rio Madeira. E o que acontece? É uma questão lógica. A gente sobe o Rio Madeira descendo aqui na BR indo para a 364, se você olhar a margem direita, nós temos várias árvores que estão na margem do rio Madeira que foram alagadas, com dois metros, três metros de altura e essas matas foram mortas. Qual o motivo? É simples, se tivesse um representante da SEDAM aqui, vai vê que o projeto está errado, o IBAMA tem que reconhecer também, Deputado Léo, reconhecer o quê? Se a margem eles foram lá com a PC fizeram todo o extravio, a retirada das águas, supressão das águas significa que o lago iria chegar até aquela cota. O que está acontecendo na margem do rio Madeira, se você for, você vê 2, 3 km ao redor, em cima do lago as árvores mortas por que foram alagados, foram encharcados, morreram as árvores, entendeu? E não tem nenhuma autoridade aqui

competente que vai lá fiscalizar. E ainda por cima o ano passado aumentou mais uma quantidade cota das usinas para aumentar o lago, ou vice-versa, será que é para aumentar ou para regularizar essas áreas que foram atingidas dessas matas. Então, assim, é um questionamento que a gente quer colocar, e eu vejo Vossa Excelência, como deputado estadual aqui presente, como fiscalizador, onde o senhor mesmo mencionou e já pediu a cópia da licença da Sedam, dessas cotas. O Deputado Léo também é uma bandeira que ele está colocando, como lá no Congresso Federal, possa questionar o IBAMA, que possa cobrar da Agência Nacional da Água, a ANA, dos atingidos para vir fazer um estudo concreto. Por que o que é que a gente sente? O Estudo é da Santo Antônio, chegou aqui a Santo Antônio, "a cota é essa", e acabou. E a contraprova, de quem é? Eu vim aqui mostrar o mapa, eles vieram mostrar para mim. E aí a minha preocupação, Deputado Léo, vou te colocar aqui. O estudo que eles fizeram em relação da cota de 90 metros, do rio Madeira, eles fizeram com impacto só até lá na ponte que liga a 464, que passa ali na ponte que está sendo construída. O estudo deles é só até ali e é onde está aqui no mapa. E a região do Abunã, eu venho fazer como se fosse, quase como se fosse uma denúncia. A região do Abunã está acima do rio Madeira, mais acima, e onde faz a divisa com a Bolívia. Então, o estudo que eles fizeram foi só até na boca do rio Fortaleza do Abunã, no rio Abunã. E o estudo, o atingido acaba subindo ali mais 30, 40 metros. Se ele atingir o Abunã, ele acaba reconhecendo que atingiu o Abunã, atingiu ambientalmente também o lado boliviano. Será que é isso? Eu me preocupo porque eu estou mais acima e estou sendo atingido, e nada se discute.

Então, essa é uma preocupação, Deputado, Vossa Excelência está aqui, Presidente, juntamente com o próprio Deputado Léo, levar essa informação para fazer um estudo. O

estudo tem que ser feito. Então, eu quero aqui salientar e colocar essa preocupação. Por mim, eu não colocaria porque a minha cota foi atingida lá dentro da propriedade, eu mexo com pecuária, mas, eu não imagino dessa forma, porque têm os meus vizinhos, ribeirinhos, os moradores ao redor que sofrem com essa dificuldade e a usina não reconhece e não coloca. Aí falar que, o morador, seu Paulo colocou, '65 anos que eu conheço o Baixo Madeira; a influência, eu também conheço o Baixo Madeira, a influência com conhecimento de vida, o pouco tempo de vida que eu tenho, que são 35 anos. A gente sabe que foi atingido e foi colocado visivelmente, e o Poder Público não coloca. Ainda dá a liberação de uma licença nova, de aumento de cota. Ou foi para liberar a nova ou para regularizar o que já estava incorreto.

Então, essas são minhas palavras, de uma forma até indignada, mas, eu coloco aqui, colocaria aqui, esta Audiência Pública, eu quero parabenizar Vossa Excelência, Deputado Marcelo, que não seja que nem o senhor Moura colocou, só mais uma Audiência. Eu gostaria aqui, Arimatéia, o senhor como é da EMATER, e de uma forma legal, solicitar aqui, Deputado, que a Emater faça um levantamento do solo. Se há encharcamento do solo na região, pronto! A EMATER vai lá, faz o levantamento, certifica. Porque eu ir lá fazer, eu fazer dentro da minha propriedade, de onde está alagado e tem encharcamento, é uma coisa. Mas o Poder Público ir lá, no Ramal São Sebastião, na Vila da Penha, no Abunã, fazer o levantamento, eu acho que têm estudos antigos comprovar: está aqui, olha, o encharcamento aconteceu e está acontecendo. E não seja só naquela região, seja também no Baixo Madeira. Vou colocar um exemplo, eu era criança, Deputado Marcelo, eu ia para o Fortaleza do Abunã, um balneário que todos conhecem no distrito. Hoje

não existe mais. No período de verão, se vocês forem lá, não tem mais.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Conclua, Alan.

O SR. ALAN FRANÇA - Então, assim, eu venho aqui, Deputado Marcelo, agradecer. Salientar isso, colocar aqui, Arimatéia, colocar esse questionamento, para que o Poder Público, da parte da agricultura, da produção, possa questionar o próprio governo, na parte ambiental do Estado juntamente com o Governo Federal. E que isso saia da esfera estadual, em nível federal, como o próprio representante está aqui, o Deputado Léo, que possa discutir. Eu venho discutir uma questão da área da produção, que é da região que eu coloco. Eu imagino, eu fico aqui com as pessoas aqui, meus sentimentos, a gente conhece as dificuldades que passam. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Alan, muito obrigado pelas palavras. Você pode ter certeza que as usinas, meses, eles vão me procurar. Você pode ter certeza disso. A gente está iniciando agora um processo de conhecimento. Estou conhecendo. Não adianta eu vir aqui mentir para vocês dizer que eu conheço as dificuldades, porque eu não conheço. Essa é a nossa primeira Audiência, inclusive a gente está inaugurando o Plenarinho, que a Jane falou que nunca teve uma Audiência Pública, e eu não consegui, porque o Deputado Anderson está em outra Audiência. Então, eu disse: "vamos embora fazer no Plenarinho". Então, eu tenho certeza, Alan, que brevemente eu darei uma resposta para a sociedade. E as usinas, você pode ter certeza que eles vão estar sentados

aqui para nos ouvir. Você pode ter certeza disso. Já pedi o licenciamento deles. Eu quero saber como é que está. E eu tenho o apoio de todos os Deputados estaduais.

O SR. ALAN FRANÇA - Deputado Marcelo, quero até salientar aqui um posicionamento do Presidente Laerte, onde, juntamente com o Deputado, estive no Ministério de Minas e Energia, onde pediram levantamento e os Deputados colocaram que a questão da usina atinge tanto na parte ambiental, agricultura, social e também até na parte da energia. Onde o Presidente colocou que se não fizesse uma redução, na justificativa da redução da energia no Estado de Rondônia, ia cassar a licença. Isso não só venha para a questão da redução da energia, isso também possa rever a questão dos atingidos do rio Madeira.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Obrigado, Alan. Deputado Léo, Vossa Excelência já quer falar? Deputado Léo com a palavra.

O SR. LÉO MORAES - Desejo um bom dia a todos. Quero parabenizar o Deputado Marcelo Cruz, por requerer e capitanear esse movimento, esta Audiência Pública que é de grande valia. Cumprimentar todas as autoridades que estão aqui, o pessoal da Casa que sempre trabalha com muito afinco, com muita dedicação, eu tenho um grande carinho por todos. Cumprimentar os atingidos, pessoas que eu conheço de outros momentos, que há tempos estão nesta luta. O Noleto que tem propriedade na Aliança, o Moura no Cujubim, no Cujubizinho ao lado do lago. Outros colegas que estão aí, o Paulo também, a Defesa Civil, o Marcelo que faz um trabalho

bonito, muitas vezes, com poucas condições, poucos recursos. A todos do Movimento de Ativismo de Barragem, os colegas que estão aqui, eu estou vendo o Bosco, enfim.

Isso daqui se discute a muitos anos Deputado Marcelo, não é simples, não tem um diálogo harmonioso. O Alan foi muito feliz quando comentou que aqui acaba sendo uma reunião unilateral, que não tem uma devida satisfação, muitas vezes, até mesmo dos entes públicos, das autoridades. E também deixou bem claro que, muitas vezes é a raposa que toma conta do galinheiro, muitas vezes, desde que se criou a Secretaria Municipal dos Projetos Especiais e outras secretarias de acompanhamento das ações e de aplicação dos recursos das usinas, sempre foi essa lógica. Fadrício, o Dr. Fadrício que está aqui representando a OAB, grande colega. Ora, se criou uma secretaria para monitorar o investimento, e a gente acabou ficando sem nenhum grande legado, por exemplo, os das usinas. Outra questão é que eles têm; os consórcios; as usinas possuem uma equipe técnica qualificada, um corpo jurídico que, realmente, eles apresentam medidas para protelar, para ganhar tempo em sede judicial. E o que acontece é que as famílias atingidas não recebem nenhum benefício.

Nós estivemos no Senado, na Comissão de Meio Ambiente, com o Senador Jean Paul e tantas outras pessoas, os colegas do MAB estavam presentes. Onde ficou bem claro, inclusive, o relatório do MAB em Rondônia, que sequer o EIA/RIMA é respeitado. Eles alagaram uma área muito maior do que o autorizado no EIA/RIMA. Isso é muito grave. Sempre é a população que tem que provar que está prejudicada. Agora, no EIA/RIMA, que é criminoso, ele continuam a funcionar. Ora, a gente tem comentado, eu passei, inclusive, isso para o Estado, por isso que o Estado tinha que estar aqui, eles tem que ao menos provar que estão dentro do EIA/RIMA, porque senão é crime. Se for crime, tinha que o quê? Que

suspender as operações! A gente fez essa propositura ainda aqui, Deputado Marcelo, para você ter uma ideia, quantas vezes a gente realizou Audiência Pública, desde a época da Câmara Municipal, eles sequer deram as caras. Os caras sequer vieram apareceram aqui para conversar conosco. Aqui nós temos várias testemunhas.

Agora, há três semanas, nós pedimos uma diligência, com geólogos, engenheiros de segurança do trabalho, civis, engenheiros civis para comparecer as usinas, também, para constatar a possibilidade de algum risco de rompimento e também outras atividades correlatas. Foi denegado o nosso pedido. Já encaminhamos, agora, para a comissão de Minas e Energia da Câmara Federal e pedimos reforço do Senado da República, para que nós possamos vir aqui, aí sim com todas essas pessoas para constatar essas dificuldades.

Nós sabemos que existe um fenômeno climático, é uma realidade da bacia Madre de Dios, do Rio Beni. Tudo bem, mas, isso já acontecia em outros momentos. Nós sabemos também, Deputado Marcelo, que esse EIA/RIMA não é cumprido, isso é responsabilidade dos dois consórcios. E tem outro agravante que, existe recurso dentro do Ministério da Integração Nacional, da Integração Nacional que virou Desenvolvimento Regional, que agora congrega da Integração Nacional, cidades, Defesa Civil e por aí vai. Lá, Deputado Marcelo, existe projetos para que você possa recuperar e ter acesso a recursos públicos, não de uma fonte direta, não de um orçamento previsto, mas, direto à Casa Civil, isso é muito bom, porque de acordo com a calamidade de estado de emergência, você apresenta e é liberado pela Casa Civil, eles não costumam negar, nem podem negar, porque isso é uma ato constitucional, previsto que estado de emergência e calamidade pública você tem acesso direto a recursos. A gente viu um monte; vários municípios que apresentaram aqui no Estado de Rondônia. Por exemplo, eu

até tenho relatório, Município de Nova Mamoré está em sede já de análise para entregar esses recursos. O Município de Porto Velho apresentou basicamente o pedido, sequer elaborou o projeto e sequer respondeu o questionário do Ministério de Integração Nacional de Desenvolvimento Regional e da Secretaria de Defesa Civil, Deputado Marcelo, é uma coisa que tem que ser pedida. É recurso que está lá à disposição para áreas afetadas dos municípios e Porto Velho sequer deu o trabalho de conseguir entregar um relatório básico e um projeto. Isto é, você vê que são três níveis de governo que nós precisamos trabalhar em comum acordo. São milhões de reais que poderia atender a população aqui. Ficou reiterado o pedido da nossa visita para dar o encaminhamento e tão logo nós teremos essa autorização que é um absurdo, que a gente tinha que chegar a qualquer tempo lá e entrar, não é isso? E nós vamos também tentar trazer a Comissão do Congresso Nacional e, gostaria que só nesse momento não entrar amiúde nesse tema, mas colocar à disposição para que a gente possa fazer esse trabalho integrado a várias mãos. A gente sabe que tem área de remanso, sabemos que tem o fenômeno da terra caída que nunca aconteceu como acontece nos dias de hoje, nós perdemos terras todo o tempo, desde Calama até Demarcação que entra já no Machado acontece, então você vai descendo por aqui é uma situação trágica mesmo, muito preocupante, muito triste e a gente quer colocar aqui à disposição, agora, a gente vai ter que colocar, ANA sim, ANEEL também, isso em nível federal; IBAMA, SEDAM, município para que a gente possa trabalhar sem farpas a trocar, sem acusações, mas, tentar cobrar que as Usinas Hidrelétricas cumpram com o seu papel, nós sabemos de centenas de famílias que não foram indenizadas, que não foram reintegradas, que não foram reassentadas, isso é, tem problema de todo o lado, para todo mundo tem um pouco e a gente está querendo aqui

mais uma vez contribuir, somar, para que tenhamos um encaminhamento que a gente consiga minimizar pouco dos problemas que as famílias foram assoladas, até porque a sua identidade que é o maior patrimônio que eles têm, eles já perderam a muito tempo. Então, a gente está aqui só para contribuir, eu tenho uma agenda aqui eu vou cumprir, mas, eu não podia deixar de passar aqui, parabenizar o Deputado Marcelo pelo seu empenho, pelo seu comprometimento, por amor a causa por ser de Porto Velho e por saber como isso é prejudicial. Votamos Projetos aqui impertinentes, desnecessários, que trouxe prejuízo a população como aumento da cota dos reservatórios e tantas outras coisas que a gente tem que rever, e, cada qual assume sua parcela de culpa também, porque agora todo mundo fala, até papagaio fala, mas, a gente tem que continuar na luta pelo menos com quem quer e não com quem disse que quer e acaba não resolvendo e acaba prejudicando de forma direta a população da nossa Capital em um suposto benefício as demais regiões do nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Obrigado Deputado Léo Moraes, obrigado por Vossa Excelência se fazer presente aqui e eu tenho certeza que a gente vai trazer, eu não tenho dúvida que a gente vai trazer soluções, agora igual muita gente fica só na falácia, só falando e eu tenho certeza que com ações e engajamento a gente consegue trazer o resultado, de repente não o resultado que todos querem, mas, é igual ao que o Deputado falou, pelo menos o mínimo, não é Deputado Léo? Porque muita gente fala que está junto, que vai fazer, e nada faz. A gente está iniciando o nosso mandato agora de Deputado Estadual, igual eu falei e vou repetir mais uma vez, eu não tenho o conhecimento a fundo, mas, eu tenho certeza que em poucos dias, em poucos meses eu trarei o conhecimento que eu preciso, está certo? E eu

não tenho dúvida que com as ações que eu estou tomando, as Usinas irão nos procurar e vão querer sentar à Mesa para conversar, eu não tenho dúvida disso, está certo?

Vamos agora, tem mais quatro pessoas aqui inscritas, vamos minimizar nossa fala em três minutos para a gente ouvir aqui as nossas autoridades que estão aqui para que a gente possa ouvir o que eles têm para falar para a gente.

Com a palavra o senhor Geovane Souza, representante do Movimento dos Atingidos por Barragem, com a palavra três minutos.

O SR. GEOVANE SOUZA - Bom dia a todos! Eu queria agradecer aqui o espaço e assim, mais uma saudação do que trazer muitas questões, como o Deputado Léo Moraes trouxe aqui os problemas não são poucos e não vai ser numa conversa dessa que a gente vai conseguir encaminhar todos os detalhes que precisam ser encaminhados. Então, enquanto movimento a gente vem buscando de todas as formas incidir para que possa ir resolvendo as questões mais emergenciais, mas, sem esquecer também das questões estruturantes que necessariamente precisam ser discutidas aqui no Estado de Rondônia e em especial a questão do Madeira. A gente vem levantando essa pauta bem antes da construção das Usinas e até hoje a gente não tem sido ouvido como gostaríamos de ser, porque a população ao longo do tempo e quanto mais o tempo vai se passando, mais difícil vai ficando de serem atendidas essas pautas; a gente percebe que no período da construção da Usina era mais fácil a gente conversar tanto com as Empresas quanto com o Poder Público, à medida que vai se esgotando essa construção, vai ficando mais difícil e a população vai esquecendo e aí a gente só tem uma lembrança quando ocorre um evento como é o caso das cheias

ou outros problemas como é o caso que aconteceu em Brumadinho, em Mariana, e aí a população começa a ficar alerta e aí a gente tem grandes riscos e esses riscos precisam ser discutidos, mas, além dos riscos a gente tem vários problemas que também precisam ser discutidos.

A cheia recorrente no Rio Madeira tem as suas causas naturais, mas, tem a sua potencialidade causada por dois barramentos no rio, um dos maiores rios da Amazônia, o maior afluente do rio Amazonas e um rio com a maior carga de sedimento também do rio Amazonas. Então, todos esses fatores eles contribuem para essa cheia, além do aumento do nível de água que a gente tem no território que causa encharcamento e causam vários outros problemas que também potencializa. Então, é nesse sentido que a gente vem tentando trabalhar, tentando discutir com o Poder Público, mas, também com as empresas, estamos abertos ao diálogo sempre porque se não for através deles a gente não vai conseguir fazer nada. Então, é bem nesse sentido. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Obrigado Geovane.

Vamos ouvir aqui a senhora Marie, Diretora da Escola Estadual Professor Juraci Lima Tavares, de São Carlos.

A SRA. MARIE VALADARES - Bom dia a todos os presentes. Gostaria de cumprimentar as autoridades, todas as pessoas das comunidades ribeirinhas que se encontram aqui agora. Eu acho muito importante esse tipo de momento, agradeço também essa oportunidade de poder me pronunciar aqui, nós já tivemos muitas Audiências, muitas reuniões, na verdade desde 2014 que nós temos Audiências Públicas,

reuniões e que eu tenho observado muito as discussões, participado, tenho acompanhado as posições do MAB, que eu acho que tem sido umas posições bem coerentes, quando o MAB tem colocado que é necessário que se analise toda essa questão das cheias de uma forma mais ampla, infelizmente nós estamos percebendo é que as pessoas esperam, sempre que tiver essa situação de alagamento, as pessoas estão esperando cesta básica e não é isso que nós queremos, que seja doado cesta básica e água, com certeza é de extrema importância, a Defesa Civil aí que tem sido crucificado porque não dá o atendimento geral, está priorizando as famílias que estão alagadas, que é justíssimo, é certo, eu sei que tem sido muito difícil para eles, é um trabalho importante, mas, nós não queremos nos limitar nesse atendimento. Nós precisamos ter uma discussão mais ampla, como é que nós poderemos fazer de forma permanente um atendimento às comunidades ribeirinho, não só na época da cheia, mas, a elaboração de projetos, criações de cooperativas para que essas pessoas realmente não precisem de cestas básicas, o que nós queremos do Baixo Madeira, é que ninguém precise de cesta básica e nem que precise da ajuda da Defesa Civil para conseguir comprar uma água mineral. O que nós queremos é que se elaborem projetos, que se criem cooperativas que dê condições realmente de desenvolver projetos onde as pessoas lá possam trabalhar e no dia que elas se alagarem, elas terem dinheiro pelo menos para comprar um combustível para botar na sua embarcação para sair e não fique, inclusive, todo mundo dependendo da Defesa Civil, que é claro que existe cobrança que a Defesa Civil não consegue atender todo mundo, realmente é impossível atender todo mundo; eu acho que o que nós temos que fazer no Baixo Madeira, é diminuir os casos de vulnerabilidade das famílias que são muito carentes e que realmente no período das cheias, elas têm dificuldade de

acesso, de sair, porque fica mais difícil. Por exemplo, nós sabemos, eu não sei se alguém aqui nessa sala tem alguma dúvida de que depois da construção das usinas, se alguma autoridade aqui tem essa dúvida, que após a construção das usinas realmente a nossa vida mudou lá, porque nós que moramos lá, nós não temos dúvida nenhuma, não precisa ninguém nos dizer, nem nos explicar, quem está lá sabe, nós sabemos perfeitamente, existe os fenômenos naturais, com certeza; mas, não existe para nós nenhuma dúvida, para mim isso também é claríssimo que após a construção das usinas, realmente dificultou muito mais a vida das pessoas que estão lá, eu construí uma casa lá antes da cheia de 2014, inclusive, todos os moradores percebem que agora para eles conseguirem plantar a macaxeira para torrar a farinha a tempo, é o maior sufoco, ninguém está conseguindo mais; porque aonde a água vinha antigamente, onde se plantava, essa área agora está sendo toda alagada e nós não queremos pessoal, cesta básica; nós queremos discutir os royalties que são passados pelas usinas para o Governo Estadual e para o Governo Municipal, nós queremos discutir que desses royalties que é justo, é investido no Estado inteiro, com certeza. Mas, eu perguntaria para as autoridades, os nobres Deputados que estão aqui; quanto por cento desses royalties, que são encaminhados pelas usinas para a Prefeitura e para o Governo do Estado, são destinados as comunidades ribeirinhas para que se desenvolva projeto de desenvolvimento, de agricultura, de tanques de peixes; porque lá tem muita água, pelo menos peixe eu sei que a gente pode criar lá, o pessoal tem projeto aí, tem lugares aí que o pessoal tem criação de pirarucu, que está dando um resultado maravilhoso, Rondônia está autorizada a criar o pirarucu. E aí, eu não gostaria de vir para nenhuma reunião para a gente ficar discutindo assistencialismo e cesta básica, mas, discutir os royalties, discutir os recursos,

discutir projetos sérios que realmente venha mudar a vida das comunidades ribeirinhas. Para mim, ou a gente senta com seriedade, não estou dizendo que não é sério; mas, infelizmente a realidade é que nós participamos de muitas, essa não é a primeira Audiência Pública que nós participamos. Eu acredito que já vieram muitos e muitos ofícios do Baixo Madeira, já foram encaminhados ofício de Nazaré, de Cavalcante, de São Carlos, de todas as condições, de tudo que se precisa. Eu não trago nenhuma lista do que precisa, porque eu acho que não é o caso. Nós queremos é garantir a efetiva participação das comunidades, que a gente possa estar realmente presente e sentado na mesa com as autoridades e sempre, para que a gente realmente garanta que lá nas comunidades ribeirinhas vão destinar recurso. Pessoal, existem os royalties, eu não sei...

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Conclua Professora.

A SRA. MARIE VALADARES - Eu não sei o pessoal das comunidades ribeirinhas que tem aqui, os royalties são destinados as usinas. Agora, eu pergunto: quem foi mais afetado com a construção dessas usinas no Estado de Rondônia? As comunidades ribeirinhas, isso é inegável, que foram as mais afetadas, eu não estou dizendo aqui, que é só a usina, com certeza tem o fenômeno natural. Mas, nós sabemos também, pessoal, que essas usinas foram construídas ali para resolver um problema energético do Sudeste, que benefício essa usina está trazendo para Rondônia? Ele tem os royalties, agora que benefício está tendo, que benefício teve aqui para as comunidades ribeirinhas? As comunidades ribeirinhas na verdade, na prática, elas estão sendo

prejudicadas, e nós não queremos paternalismo, nós queremos que seja destinada uma porcentagem dos royalties, que sejam criados projetos e que nós tenhamos a oportunidade de participar dessa criação desse projeto, da elaboração desse projeto, quem está lá morando dia a dia, nós que moramos lá, temos mais condições, porque às vezes, infelizmente as autoridades, o Governo do Estado ou Municipal, eles levam ações para lá, acreditando que são essas ações que são boas. Eu sei que a intenção é boa, mas, vamos desenvolver ações no Baixo Madeira, para que a gente dê emprego, para que a gente crie cooperativas, para que o pessoal independente de cheia, que realmente ele tenha uma condição melhor de vida, que a gente leve as condições de se trabalhar. Eu sou diretora de uma escola, e muito me entristece incentivar tanto os meus alunos para terminarem o Ensino Médio, mostrar para eles o quanto é importante eles estudarem, e vou continuar sempre falando nisso, mas, quando eles terminam o Ensino Médio, eles não têm absolutamente nada para fazer lá. E não é isso que nós queremos, nós queremos nossos jovens trabalhando, as pessoas produzindo, correndo atrás, batalhando para melhorar as condições de vida, mas, que seja feito com dignidade através de projetos e com uma porcentagem dos royalties que são destinados do Município e do Estado para as comunidades ribeirinhas. E queria pedir isso dos nobres Deputados que estão aqui presentes, que nos ajudem a conseguir garantir junto ao Município e ao Governo do Estado, que uma porcentagem dos royalties seja destinada para as comunidades ribeirinhas, que foi quem mais foram atingidas pela construção dessa usina, que esteve aí para atender o Sudeste e não os nossos interesses, muito obrigada e um bom dia.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Obrigado professora pelas palavras. Mas, hoje, a gente inclusive, eu recebi no meu facebook várias reclamações de que não está chegando água potável para aqueles moradores que o seu poço inundou. Então, a questão do assistencialismo como a senhora falou, esse momento, a gente precisa muito do Governo do Estado, da SEAS, da Defesa Civil, aí posterior, a gente vai começar a discutir nessas problemáticas que a senhora falou, eu tenho certeza que a gente vai chegar num nível de conversa que a senhora falou agora aqui, está bom, obrigado.

Quero agradecer o Rodrigo, ele teve que dar uma saída, o Rodrigo, ele é Presidente da Associação dos Bombeiros Civis do Estado de Rondônia. E ele deixou, ele ficou à disposição Major e Marcelo, da Defesa Civil, o que precisar da Associação dos Bombeiros Civis, eles estão à disposição de vocês, ele falou, mandou uma mensagem aqui para mim dizendo, que o que vocês precisarem, o momento que precisar e a hora que precisar. Obrigado, fica registrado Rodrigo. Faltam duas pessoas falarem, vamos nos ater a três minutos, que a gente precisa ouvir as nossas autoridades. Léo, Vossa Excelência quer dar mais uma palavra aí?

O SR. LÉO MORAES - Mais de duzentas assinaturas de parlamentares para criar a Frente Parlamentar Mista em defesa dos Estados/Sede de usinas hidrelétricas, para a gente discutir as imunidades tributárias que são concedidas a combustíveis e, por exemplo, a energia elétrica, que sequer o imposto do ICMS fica no nosso Estado, a gente produz, gera energia elétrica e quem recolhe é o interior de São Paulo, Araraquara. Nesse recurso, a gente, por exemplo, e vem de acordo e ao encontro do que a professora tem comentado os royalties que devem ser discutidos a distribuição, a exigência de ter fonte carimbada para que

sejam em áreas atingidas, não somente aos lugarejos e distritos, mas, aos bairros tradicionais de Porto Velho, e que a gente consiga legislar, que foi a cobrança que eu fiz ao Ministério de Minas e Energia, ao Almirante Bento, em relação a esse aumento que teve da energia elétrica que desde o ano passado, fui contra e participei da Audiência, e que deveria ter sido melhor fiscalizado pela Bancada Federal ano passado, de que, que a gente consiga apresentar uma Lei para saber se o Governo Federal realmente quer nos atender, porque aumentar 27% e diminuir três e setenta e cinco, com mais três e vinte e cinco que pode acontecer até terça-feira que vem, é muito pouco ante as nossas necessidades. E daí, a gente vai trazer esse debate aqui para a Comissão, para Frente do Deputado Marcelo, que está capitaneando, comandando, e parabéns por ter pisado na lama e ter ido ao encontro do pessoal, isso é muito importante.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente)- Obrigado Deputado. Quero registrar também a presença aqui do Advogado Oscar, obrigado Oscar, por estar prestigiando a gente. Vou ouvir agora o Fadrício, com a palavra representando a OAB, três minutinhos.

O SR. FADRÍCIO SANTOS - Bom dia. Cumprimento a todos os presentes. Trago primeiro aqui a mensagem do nosso Presidente da OAB, Seccional/RO, Elton Assis, parabenizando Vossa Excelência pela atitude, pela iniciativa de chamar a sociedade para ser ouvida. A OAB, como representante da sociedade, legítima representante da sociedade na Constituição Federal, tem acompanhado desde o início, desde aquela cheia lá de 2014, trabalhando com afinco nas representações que lhe cabia. É claro que esses impactos,

eles vão muito além da cheia, como o Deputado aqui colocou agora, nós temos esse aumento de energia, ou seja, a população fica sem entender porque que chega uma situação como essa de um aumento onde um Estado que produz energia e encaminha para todo o País, as comunidades ribeirinhas, o comércio é afetado. Nós temos aqui o representante da Fecomércio, o Sr. Osvino, e a reclamação é geral; a OAB tem acompanhado por meio de suas comissões e tem atuado na medida que é possível em parceria com os órgãos fiscalizadores e sem dúvida continuará atuando em defesa da sociedade. Então é importante destacar que a Diretoria da OAB, uma nova diretoria assumiu agora no início do ano e o primeiro ato do Presidente Elton Assis foi enviar requerimentos para que as usinas informem o estado que se encontra as instalações físicas de todas as barragens existentes no Estado, para que eles expliquem em que circunstâncias se encontram, quais são as medidas preventivas, de alerta e de segurança. Nós tivemos recentemente o caso de Brumadinho, tivemos o caso de Mariana e a OAB preocupada com essas situações, o primeiro ato dessa nova gestão foi requerer informações das usinas. Então estamos em alerta, estamos preocupados com essas situações e não tenham dúvida que estamos aqui para somar com todas as autoridades, com a população, a OAB está de portas abertas para receber toda sociedade e trabalhar a quatro mãos, Deputado, com esta Casa no que for benéfico para a sociedade. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Obrigado Fadrício. E eu queria fazer um pedido aqui de público para que a OAB, vocês advogados montassem uma comissão, não sei como é o nome, o Alessandro falou aqui da problemática da questão dos financiamentos que eles fizeram e perderam toda sua

produção e eu tenho certeza que vocês vão precisar de uma ajuda jurídica e eu queria pedir aqui de público para que até o nosso gabinete também ficar à disposição de vocês porque eu sei o que é fazer um financiamento, eu já tive pais, avós agricultores, é difícil. Eu quero cumprimentar também aqui o Vereador Tiãozinho, é até bom, Marcelo, o Tiãozinho estar aqui que é um vereador que vai cobrar e ajudar a gente, a Defesa Civil era uma Secretaria e hoje é uma Coordenadoria e eles não têm praticamente força, hoje eles são muito limitados, o Marcelo não pediu para eu falar nada disso, mas, eu fui vereador e eu sei o que era a Defesa Civil Municipal e o que é hoje, está certo, Marcelo? E conte com a gente.

Vamos agora ouvir aqui rapidamente o Professor Adailton Noleto, Comissão dos Atingidos pelas cheias do rio Madeira representando o Assentamento Aliança.

O SR. ADAILTON NOLETO - Bom dia a todos os presentes, parabenizar aqui o Deputado Marcelo Cruz pela audiência pública, a presença do Deputado Léo Moraes, do Vereador Tiãozinho, parlamentares, Defesa Civil Estadual, Major Sanches, Marcelo da Defesa Civil municipal, Emater, SEAS aqui na pessoa da Fabi, companheiro Nágila da Comissão dos Atingidos pela cheia do rio Madeira, trabalhamos muito em 2014; Cabo Moura também da Comissão dos Atingidos. Aqui tem quatro figuras que desde 2014 nós estamos nessa peleja, uma do ponto de vista institucional é a Fabi ali da SEAS, a Nágila, o Cabo Moura e modestamente a minha participação também desde 2014. Eu queria só lembrar que se tem alguém que conhece todo esse sofrimento e todo histórico das comunidades são justamente os companheiros que desde 2014 engajaram nessa luta que se tornou, inclusive, permanente. O Próprio Governador já tem no seu gabinete um ofício que

ficou para analisar novamente a convocação dessa comissão que é voluntária, para poder atuar junto ao poder público. E como foi dito aqui por várias pessoas, ainda não cansados, mais uma audiência pública, não é Deputado, mais uma, nós estivemos na Casa aqui por quantas vezes em audiências públicas, inclusive com a Santo Antônio Energia, com os Portos Maggi, Bertolini, que é bom que se diga aqui que é outro problema impactante para as comunidades do Baixo Madeira, Maggi, Bertolini e outros portos que virão ali. Então acontece o seguinte, nós, eu sou professor na comunidade Aliança, sou morador de lá há 34 anos, saí um período porque precisava estudar e retornei; hoje eu sou morador mesmo em função de que meu pai nem pode mais cuidar da propriedade, o que acontece é o seguinte: eu estava olhando aqui de tantas denúncias que nós fizemos ao Ministério Público tem uma, essa Ação Civil Pública aqui protocolada desde o ano passado com 69 páginas, o Ministério Público Estadual/Federal na pessoa da Dra. Flávia e Dra. Aydé pelo Ministério Público Estadual, Dr. Rafael e a Dra. Gisele, pelo Ministério Público Federal, essa ação pede a nulidade dos licenciamentos porque foram todos errados, primeiro que eles dizem que quem teria que fazer seria o IBAMA e ICMBio e não a SEDAM. A SEDAM se meteu em uma coisa que não era da alçada dela, segundo entendimento do Ministério Público, por autoridades que são da área do Meio Ambiente. Logo em seguida vieram os portos. O nosso problema não para na questão das usinas, e é bom que se diga aqui para a gente ser muito claro. A gente está tocando no assunto das usinas, já tem orçamento para a dragagem do Rio Madeira nós estamos brigando aqui por Usina, por royalties, ninguém responsabilizou as compensações socioambientais do licenciamento, ninguém responsabilizou ainda as pessoas que já autorizaram. Nós estamos aqui falando dessa cheia e ninguém ainda discutiu a

saída para o Pacífico, é outro grande empreendimento, nós estamos discutindo aqui Usina e ninguém discutiu a Ferrovia, a duplicação da BR-364, esses portos aqui vão colocar sete mil carretas, hoje só tem 1.000 carretas/ano para o período de safra, 1.500 carretas só abertura Cargill nós tivemos audiência pública o ano passado, a Maggi e a Bertolini juntos somam sete silos 175, só a Cargill vai colocar 18 silos, quase que o dobro das carretas aqui, dois portos juntos, tem aqui na área de Porto Chuelo. Então são muitas coisas que vem acontecendo essa BR-319 quando o asfaltamento sair de Humaitá para o Amazonas, para Manaus, vai ser outro problema. Já tem problema Agrário sério lá de violência aqui nas ocupações do Amazonas. O Estado de Rondônia está precisando na verdade é de uma união muito séria entre os Poderes. Porque se a Assembleia Legislativa toma uma frente, a Bancada Federal toma outra, a Justiça Federal tem um entendimento. Nós estivemos com o Dr. Dimis, na Justiça Federal. A Justiça Estadual tem outro entendimento e o Ministério Público Federal, Estadual estão conjuntos, parece que até agora quem tem trabalhado em conjunto foi o estadual e Federal se nós não fizermos uma união institucional e ficar só ouvindo as comunidades para a Assembleia tomar uma decisão sem consonância com a bancada Federal, cadê o dinheiro do Ministério da Integração para os assentamentos, a Defesa Civil Estadual não chegou esse dinheiro na mão deles. Nós temos esses problemas todos, Deputado, o que tem, o que precisa ocorrer aqui primeiro é responsabilizar tudo aquilo que deixou de ser feito, para depois cobrar. A professora Marie colocou aqui os royalties, minha companheira, trabalhei com ela na Escola Henrique Dias, eu também sou professor de carreira do município, morei em São Carlos; eu digo com muita segurança como o colega produtor rural, eu sou filho de pescador, sou amazônida, filho de ribeirinho, pescador. Com

seis anos de idade eu já remava a canoa com o meu pai lá no rio Mearim, no Maranhão, na madrugada para ele jogar tarrafa porque meus irmãos mais velhos precisavam ter outra atividade. Então eu conheço muito bem, essa história de dizer do impacto da cheia não tenha sido dos empreendimentos é uma falácia, é uma falácia. Poxa, quantas situações que ocorreram nesse Estado e nada aconteceu. O que aconteceu com o PLANAFLORO? Agora é que estão regularizando as áreas de terra. PLANAFLORO sumiram com 230 milhões de dólares na década de 90. E estes impactos das usinas ninguém sabe para onde foi esse dinheiro das compensações, os royalties ninguém sabe como vai ser distribuído. Os nossos alunos, como a professora Marie colocou, nós que terminamos o Ensino Médio não tem uma perspectiva de uma voadeira, um ônibus para trazê-los para a cidade para fazer um curso superior. A droga está dentro dos assentamentos. Então, gente, o que nós precisamos na verdade é que nós possamos ter uma integração. É preciso conhecer essas comunidades, não basta só fazer o que foi dito aqui. Eu sempre digo para o Moura, eu não vou atrás de água em Defesa Civil, primeiro que em 2014 eu vi Assistente Social agredindo pessoas humildes por causa de uma cesta básica dentro da Defesa Civil, com a maior grosseria e eu não gosto, não gosto daquele tipo de tratamento. Então, eu penso, Deputado, que é bem-vindo, mas, é preciso ser deliberativo, não pode ser uma discussão dessa, ela não pode ficar só convocando outra audiência, tem que ser deliberativa, ela tem que ter uma Ata, para que na próxima reunião nós possamos dizer quais foram encaminhamentos, que etapas foram cumpridas. Por que foram várias sugestões, o Deputado Léo Moraes sugeriu aqui que a bancada tem uma assinatura já para a questão dos grandes empreendimentos, fiquem os recursos na localidade impactada, essas coisas têm que ser discutida com maior

responsabilidade, trazer líder de bancada Federal e Senadores e Deputados de Rondônia para que a gente possa saber se isso é viável. Para a gente poder estar dentro da discussão.

Eu vou não vou mais me alongar até porque essa situação aqui é muito pertinente, mas, ela é muito redundante para nós, essa discussão. Eu preferia que houvesse essas deliberações, não só uma discussão, criasse, quem sabe se o fórum permanente de discussão, Deputado, dessa audiência aqui. Um fórum permanente com a representação do Parlamento, quem sabe até a pessoa do Deputado mesmo poderia presidir uma comissão permanente para discutir porque tem portas abertas da Defesa Civil dos órgãos governamentais, da bancada Federal, em promover um fórum permanente. É uma sugestão que eu coloco aqui Deputado, se Vossa Excelência achar viável, a gente pode em off discutir e trazer essa Comissão para a gente trabalhar dessa forma.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Obrigado! Obrigado pelas palavras.

A Nágila, inclusive, deu a ideia de a gente montar uma Comissão. Mas, professor, deixa eu falar só uma coisa, eu sei que você não quis dizer isso, mas quero dizer para todos vocês que eu não sou salvador da pátria. Quando eu cheguei aqui, o problema já existia. Agora, o que eu quero é me ater, saber e ter conhecimento, porque eu não tenho conhecimento ainda. Então, eu acho que a primeira coisa que eu tinha que fazer era isso aqui, ouvir vocês. A partir daí, a gente começar a tomar as providências. Já me antecipei pedindo, saber como é que está o licenciamento das usinas, para eu saber realmente como é que está a coisa. Então, a partir daí a gente vai começar a tomar as

medidas necessárias. Eu sei que um deputado estadual, um mandato tem um peso enorme. É diferente de você chegar à usina ali, eles não querem atender a gente, mas, a gente tem uma facilidade um pouco maior. E eu tenho certeza de que com o conhecimento que vocês têm e o mandato, eu tenho certeza de que a gente vai conseguir chegar muito mais longe. Está certo?

Ouvir o Bosco. Vamos nos ater. O Bosco fala bem, três minutinhos, Bosco.

O SR. BOSCO - Nobre Deputado Marcelo, eu quero, em primeiro lugar, agradecer a oportunidade de me deixar dar uma palavra aqui. Em seu nome, o Deputado Léo Moraes não está presente, saiu, mas também, meu amigo Tiãozinho, vereador; em nome do Moura, do Professor Noletto e da Nágila, eu quero cumprimentar todos os ribeirinhos; meu amigo Alan, aqui, enfim, o Marcelo da Defesa Civil; cumprimentar todos os presentes, todas as autoridades. Quero agradecer também o convite do pessoal do Baixo Madeira, Deputado, que me convidou para fazer parte. A gente já vem acompanhando. O Deputado Léo Moraes, falou ali, desde a época da Câmara, foi criado, eu participei, inclusive, de uma Comissão daquela época da cheia de 2014, acompanhando o pessoal do Baixo Madeira, com relação aos projetos, às propostas. Vários vereadores estiverem presentes lá, em reuniões. Mas eu vou ser pragmático, até porque, quero lhe parabenizar mais uma vez pela sua humildade em dizer que está fazendo esta reunião aqui para conhecimento. Isso é muito importante. E a Audiência Pública sempre, quando ela vem revestida das autoridades constituídas do município, principalmente, o município aqui de Porto Velho, onde deve fazer parte o Ministério Público Estadual, o Federal, a OAB está presente, Câmara de

Vereadores, então, todos os órgãos constituídos, para que possa sair uma ata e dali, aquilo que foi discutido, deliberado, ser buscado.

Eu quero dizer para o senhor, dizer para Vossa Excelência, que eu tenho um pouco de conhecimento do que vem acontecendo desde 2014, com a comunidade ribeirinha, inclusive Jaci. Por um momento, eu fui vereador três meses, mas me expulsaram de lá, eu parei. E eu lembro que eu participei de uma Audiência Pública lá na quadra de Jaci-Paraná, onde eu falei que os projetos e as propostas para compensação em Porto Velho não eram sérias e realmente não foi. Porque se fosse, o Governo do Estado, juntamente com o prefeito, naquela época, teriam ido lá para a licitação no STJ, para já sair com os projetos, com as compensações de lá. Não receber recurso direcionado para autoridade comprar caminhonetes, comprar aquilo para Secretaria, que são recursos da fonte do Estado ou do município e não das compensações, Deputado.

Então, hoje, eu acredito que não existe um projeto, eu deixo isso aqui para o senhor, como foi dito aqui, sugerido, pelos representantes das comunidades, que haja uma Comissão. Mas eu, desde o início venho defendendo, eu gostaria, como sugestão, muito, que o senhor comprasse essa iniciativa para que a comunidade tenha, por parte dos investidores, não é do Estado, não é do município, mas, dos investidores, como forma de compensação, uma Comissão de Técnicos, de pessoas capacitadas, advogados, técnicos de engenharia, ambiental, trânsito, para que eles elaborem um estudo e seja apresentado a Vossa Excelência, seja apresentado às autoridades do Estado, das suas necessidades. Não o governo, ou seja, o Legislativo, o Judiciário ou o Executivo tomar a iniciativa e fazer aquilo que eles acham que são importantes. O que deve saber o que

é importante, é através de estudos, estudos das necessidades. É importante esse atendimento imediato para as populações que estão sofrendo. Isso aí é como o Deputado Léo falou, existe recurso para isso, é importante demais. Mas, o mais importante, e agora entrando nas proposições, eu já discuti com eles, reunimos já, falei: cadê um projeto, se é que existe, para a locação ou realocação das comunidades? O levantamento das pessoas que realmente foram atingidas, para criar um distrito, com escola, com segurança, transporte. E que essas pessoas possam desenvolver um trabalho nas adjacências, todo esse cinturão verde, agricultura familiar. Então, não existe um projeto disso aí. Existe uma preocupação porque aconteceu essa situação criminosa em Minas Gerais e aqui, agora está se discutindo a situação de atendimento de imediato. Então precisa realmente, se o senhor está à frente, com uma proposta que foi discutida com eles, precisa de uma área que seja atendida a todos, com estrutura. Um estudo e um planejamento da exploração de agricultura familiar nos projetos, que as pessoas não precisem ter cesta básica. Nas escolas, no transporte escolar, na educação, na segurança, toda essa compensação não é um trabalho de favor. É um trabalho de necessidade e necessidade e há tempo para isso. Então, eu deixo o senhor aqui, me coloco à disposição também junto com o pessoal para que possa daqui para frente o Governo do Estado, o Prefeito Municipal e a Assembleia Legislativa tomarem a iniciativa disso aí. Eu estou à disposição da comunidade, nós já temos discutido a iniciativa de, inclusive, já apresentar um projeto no Ministério Público Estadual e Federal, junto com uma comissão e, trazer também esse projeto para a Assembleia Legislativa para ser discutido. Muito obrigado, não quero mais me alongar, porque todas as necessidades já foram

discutidas.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Obrigado. O Bosco é bastante conhecido cidade, não é Bosco? E, eu tenho certeza, que o parlamento tanto Municipal quanto Estadual precisa de pessoas como você.

Com a palavra o Senhor Osvino.

O SR. OSVINO JURASZEK - Bom dia a todos. Obrigado Deputado pelo convite de convidar a Federação a participar desta Audiência. E, assim, o meu depoimento aqui é rápido. O conhecimento que nós tivemos além de todas essas informações que já vem aí, a gente sofre um pouco mais quando para ouvir de novo, porque eu conheço Baixo Madeira e, a gente sabe o sofrimento que acontece com esses alagamentos. Mas, nós acompanhamos uma situação mais próxima da gente aqui, que foi o entorno Cai N'água, porque nós somos demandados por aquela de empresários ali, assim que aconteceu a enchente 2014, então nós começamos a trabalhar; a se interessar para ver como nós poderíamos de alguma maneira influenciar o poder público ou criar alguma situação diferente que minorizasse o problema que eles tiveram ali. E, aí, nós desenvolvemos algumas ações, inclusive, com a Prefeitura.

E, dizer que esse empresário, todo mundo aqui já ouviu falar desse sofrimento, eu vou falar um pouquinho do sofrimento do empresário. Esse empresário que está nessa comunidade ali, nessa localidade, ele também sofre muito. E nesse momento ele está não está vendendo, ele está perdendo estoque, com certeza, porque tem muitas situações que vence, que estraga, que a umidade faz com que perca o produto dele. Ele vai ter que enfrentar, mas agora, os fornecedores dele continua cobrando as faturas, ele vai ter o problema depois, o financeiro. Ele vai ter um problema,

então, de não faturar nesse período, porque não consegue vender que não tem cliente. E ele depois vai enfrentar outro problema, porque o maior cliente deles, realmente, são os ribeirinhos que produzem na sua economia familiar e, eles vão perder as safras deles, eles não vão ter capacidade financeira de compras. Então, provavelmente, no decorrer dos próximos meses aqui eles vão sofrer também, porque o maior cliente dele foi afetado e eles vão, realmente, sentir também essa questão do faturamento. E a Federação, então, se coloca à disposição para apoiar naquilo que for possível. E, Deputado, eu queria dar só uma recomendação. Quando se fala que está tomando conhecimento das situações, todas. Nós, assim, já ouvimos falar no passado que, por exemplo, lá em Calama foi comprada uma área mais alta para fazer uma realocação do Distrito de Calama. Ouvi alguma coisa, também, sobre a questão de São Carlos. Eu não sei, exatamente, o que isso é verdade ou o que não é, mas me parece que já houve investimento público para isso. Então, que resgatasse isso, porque você já teve uma iniciativa deve ter tido estudo, deve ter tido alguma..., e resgatar isso para ver em que pé que está. Da mesma forma, quando essas usinas se instalaram aqui, eu lembro que eu houve um projeto de compensação financeira para melhorar a atividade comercial, a atividade econômica das comunidades ribeirinhas. O tema de cooperativa, também, lá em no Distrito de Calama, eu acho que foram feitas outras, também, aqui mais acima. E, em que pé que está isso, deu resultado, não deu, está funcionando? Isso, as agroindústrias, como é que isso está funcionando? O que se pode fazer para resgatar aquilo que já foi feito, ver o que deu certo, continuar, potencializar e aquilo também, que não deu certo, ver o que faz para se corrigir, porque é uma forma de tentar também, minimizar esse problema social que

é gerado por conta do alagamento. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Muito obrigado senhor Osvino. Vamos, agora, partir agora para autoridades. Agradecer, mais uma vez, a presença do Vereador Tiãozinho, aí depois a gente inicia aqui, dá reinício pela Mesa.

O SR. TIÃOZINHO - Bom dia, Deputado Marcelo Cruz, a todas as autoridades. Eu sou representante aí dos ribeirinhos. Em nome do meu amigo aqui, Professor o Adailton cumprimento a todos os presentes. Deputado, a minha questão aqui é um pouco igual a sua. O senhor falando, que eu vim aqui hoje para adquirir o conhecimento, vê a situação. Eu acho que todos sabem que, eu também eu estou chegando agora, até na questão política, eu como Vereador era suplente do Deputado Marcelo, ele virou Deputado, eu irei Vereador. Aí, a gente está aqui na mesma situação. Eu sou de uma área aonde não é atingido pela cheia do rio, que sou, a minha região onde eu moro é União Bandeirantes, mas, a gente vê a dificuldade dos outros e a gente se sensibiliza com isso. E a gente quer, hoje, o Poder Legislativo que é a Câmara de Vereadores, a gente quer estar presente. E, eu não sei como eu cheguei atrasado devido à estrada ruim, eu cheguei mais tarde. Não sei Deputado, se tem alguém aqui, que é representante do consórcio das barragens, tem? Porque isso aí é uma situação que a gente tem dificuldades em fazer Audiências, fazer esse trabalho porque semana passada, há duas semanas, foi convocado, foi convidado às duas Barragens, representante das duas Barragens para se fazer presente na Câmara de Vereadores onde pedia um Projeto de Evacuação das Barragens porque ninguém, diz que tem, mas, não foi apresentado para ninguém e garantiram que faria presente na Câmara, a gente reuniu todos os Vereadores, teve muita gente da sociedade

que participaram e faltando meia hora da Audiência marcada mandaram dizer: "olha, não pode fazer presente". Isso aí eu já vi várias reuniões, é na Assembleia, é na Câmara e eles não estão nem aí para a população, a gente tem que exigir mais responsabilidade e para que esse Consórcio, eles respeitem a nossa sociedade porque aqui, igual eu vi o rapaz aqui dizendo o que aconteceu lá em Mariana, lá em Brumadinho. E aqui? O que já foi feito aqui nessa questão das barragens. Aqui tem sirene aí? Já conversou com a comunidade se acontecer alguma coisa, o povo sabe qual o sinal que vai ser dado para as pessoas retirarem? Isso aí olha, infelizmente, eles não comparecem em lugar nenhum que é convidado.

Então eu peço mais isso aí que vão empenhar mesmo e que também o Consórcio eles respeitem a nossa população. Estou aqui para adquirir conhecimento e deixar à disposição, eu tenho certeza que a Câmara está disposta a ajudar e a gente quer envolver mesmo nesse processo. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Obrigado Vereador Tiãozinho, eu tenho certeza que você vai nos ajudar muito lá na Câmara Municipal, porque a gente precisa de um representante no Legislativo Municipal e eu tenho certeza, eu vou falar mais uma vez que as Usinas, os representantes vão me procurar e não adianta eles virem me procurar com tapinha nas costas, com negociata com qualquer outro tipo de conversa, o que eles precisam é sentar à Mesa e a gente achar uma solução para o nosso povo e eu não tenho dúvida que brevemente eles vão nos procurar, Alan, eu não tenho dúvida disso, porque o aperto que a gente está dando os Ofícios que a gente mandou pedindo informações não deles, mas, da SEDAM, da SEMAS, eu vou precisar da sua ajuda

também para a SEMAS nos responder um Ofício que enviamos para lá, está certo?

Vamos ouvir aqui o Major, Bombeiro Tadeu, eu estive na Defesa Civil do Estado e eu fiquei mais ou menos uma hora e meia na frente dele, ele explicando o que é Usina; qual é a problemática; quais foram os prejuízos que ela trouxe e sinceramente, a gente fica hipnotizado em ouvir porque ele tem o conhecimento apurado e eu peguei uma aula, e disse: "rapaz, que aula eu peguei". E aí eu ia passar para a nossa Secretária falar primeiro, mas, como ele é Técnico, eu vou pedir para você iniciar a fala.

O SR. TADEU SANCHES PINHEIRO - Obrigado Deputado, eu não sou esse Professor todo não, eu sou apenas um curioso, senhores, eu não sou Técnico na Área de Defesa Civil, mas, a nossa formação como Bombeiro Militar acaba, como Oficial, acaba nos passando um pouco de cada coisa e a gente acaba pelo menos conhecendo um pouquinho de cada coisa e a gente acaba tendo essa oportunidade de conhecer.

Eu falei para algumas pessoas, falei para o professor em uma reunião que eu fui convidado em que as Associações fizeram a respeito das Usinas e o que é que a gente precisa dizer a respeito disso, eu costumo dizer que eu não sou nenhum advogado de usina nenhuma e também não sou o condenador de alguma coisa errada que porventura tenha ocorrido, mas, a gente se atém a fatos que a gente estudou e percebeu que ocorrem, certo?

Em relação ao nível da água, o nível da água, ou seja, a altura que a água alcança de forma geral, ou seja, as usinas em si, elas não alteram a jusante, ou seja, daqui de Santo Antônio para frente, ou seja, para baixo, não há influência do nível do rio de forma geral, ou seja, o que

eu quero dizer? Eu quero dizer que se não houvesse as usinas aqui em 2014, a água teria chegado ao mesmo lugar, da mesma forma como a água teria chegado ao mesmo lugar que chegou agora, no dia 08 de março foi o nosso pico, por enquanto, mas, teria chegado no mesmo lugar no dia 08 de março as águas com ou sem as Usinas, por quê? Porque as Usinas elas liberam basicamente toda a água que chega, embora haja um represamento antes dela para se montar o lago que há de diferença de água. O que há de fato, isso é algo que realmente é um problema a ser discutido e que eu participei de outras reuniões junto com o pessoal da navegação, como o Professor falou, que são as pessoas que na época do período de estiagem, é o período que mais sente em que há uma mudança muito grande em relação à vazão, a formação da água, como o nosso rio é um rio em formação tem muito sedimento, vamos tentar entender assim de uma forma mais prática. Vocês imaginem que o Rio Madeira, ele passava, ele traz toda essa água por esse canal aqui todinho. Então, a água passa, passava historicamente por todo esse caminho e isso sempre ocorreu, aqui é Rondônia, é por isso que é a quantidade de água que passa, ela não é alterada, porque toda água que vem da usina, houve um represamento inicial, depois parou e hoje toda essa água passa. O que ocorre e aí há de fato uma influência em relação a isso, é a força com que essa água passa após as usinas, a velocidade que a água passa após as usinas, ela é aumentada significativamente, o nível não se altera, mas a velocidade com que água passa, ela altera. Por isso que há desbarrancamento, tem desbarrancamento aqui em Porto Velho. Eu não sou técnico para dizer até aonde e até que distância essa velocidade desse desbarrancamento ele influencia, mas ele de fato influencia. Como Defesa Civil, nós somos aqui um órgão do Estado que está tanto para prevenir, quanto para dar respostas e minimizar a dor e o sofrimento que as

famílias sofrem. Então, a gente tenta sempre que pode fazer um aporte de recursos que começa na Prefeitura, passa pelo Estado e se necessário chega ao Governo Federal, como aconteceu em 2014. Então, a gente faz essas respostas à sociedade de acordo com as nossas demandas, embora, embora como todo e qualquer regra em nosso país, nós Defesa Civil, também sofremos aqueles; o Marcelo sente isso muito mais na pele provavelmente do que eu, que é exatamente essa cultura brasileira que nós temos de não nos preocupar com a prevenção, nós somos assim culturalmente, isso começou há 500 anos, porque nós somos assim. Eu costumo dar o exemplo sempre do cinto de segurança, há 15 anos quem aqui utilizava cinto de segurança na cidade? Eu não usava, bom, eu não usava. E foi preciso ser multado algumas vezes para passar a utilizar. Então, vejamos, eu não utilizo uma ferramenta de segurança que tem no meu veículo, ele é feito única e exclusivamente para me proteger, foi colocado, foi pago um preço naquele veículo, o custo daquele cinto de segurança está no veículo e foi usado para eu utilizar como recurso e eu não uso, a não ser que eu seja multado. Então, você veja, o poder público precisa se utilizar de uma ferramenta de me obrigar a utilizar algo que é para a minha segurança. Então, ou eu uso ou vou me machucar em um caso de acidente. Então, considerando esse exemplo, é assim que nós somos, é assim que nós, Defesa Civil, sentimos muito, por quê? Porque como não há uma prevenção de desastres, a gente não se previne de forma geral, o Estado, quando eu falo Estado, eu estou falando do Município, Governo Federal, Governo Estadual, não se prepara de forma geral para o desastre, a gente não tem o mecanismo imediato, às vezes, pergunta: Ah! E se romper a barragem a gente está pronto? Não, a gente está pronto da mesma forma como Minas Gerais não estava pronto, da mesma forma nenhum País do mundo, nem o Japão estava pronto para o tsunami. Mas, o que

ocorre, as respostas aqueles desastres é que ocorrem de forma muito mais rápida e com efeitos, a palavra é mitigação, com efeitos menores para sociedade. Então, nós enquanto Defesa Civil do Estado, estamos aqui para organizar e auxiliar aquilo que a sociedade precisa e aquilo que o Estado pode oferecer. Então, quando uma embarcação sai daqui com mantimentos da Prefeitura para levar para uma comunidade, é a Defesa Civil do Estado, através da Secretaria de Ação Social que está utilizando o aporte estadual para dar esse recurso para as pessoas atingidas. A professora foi muito feliz em que, na verdade a gente gostaria e eu falo isso como Bombeiro, a gente gostaria que bombeiro nunca trabalhasse, a gente gostaria que o Marcelo nunca precisasse trabalhar, a vontade seria que o Marcelo ficasse no gabinete dele, no ar condicionado o tempo inteiro, eu também gostaria que ele ficasse lá. Mas, a realidade é que ele precisa sair de lá, infelizmente por conta desses problemas. Então, a gente gostaria de se colocar a disposição dos senhores para eventuais dúvidas relacionadas à nossa ação como Defesa Civil, enquanto cidadão em uma Audiência Pública, já que eu estou aqui, vou falar como cidadão e não como o Major Sanches, Coordenador Estadual; mas, eu penso que esse caminho que o Deputado falou entre, de se chegar a usina de fato, são caminhos distintos, eles são uma empresa, eles se reportam como certeza algumas pessoas e através dessas..., como senhor muito bem falou, é desta forma que se chega a ele, porque se chega o movimento, uma comunidade qualquer e procura as usinas para qualquer coisa, eles não respondem, não respondem porque eles não vêem a necessidade de responder a isso. Então, penso que em relação a eles, existem dois órgãos aos quais eles se reportam imediatamente; um é a Agência Nacional de Energia Elétrica e a ONS que é a Operadora Nacional do Sistema Elétrico e em nível de

Estado, já que o professor falou que houve essa concessão em nível estadual, eu imagino que esse caminho via SEDAM, penso que seja, digamos assim, a forma mais fácil, de como o senhor bem falou, de forçar eles a procurarem para tentar pelo menos discutir e sabe qual é a área de afetação. Aquilo que o Alan falou, exatamente é algo sensível, por quê? Porque a usina; existem dois pontos que são pré-requisitos para outorga das usinas em nível nacional. O primeiro é: não se pode aumentar o nível do rio em Porto Velho. Então, aquelas variações que o Alessandro falou, de variações, que há pequenas variações. Essas variações, elas ocorrem, mas, normalmente quando elas ocorrem, são frutos de algumas variações pequenas aqui na usina. Mas, o outro pré-requisito para outorga das usinas: é que ela não afete nada no nível dos rios bolivianos. E como para afetar o nível dos rios bolivianos, ele não pode passar de nada relacionado o que está acima do rio Abunã, e aí a comunidade que está acima, se a usina afirma que o Distrito de Abunã, é afetado, ela está afirmando, ela vai afirmar que o rio Abunã, está sofrendo por intervenções, está sendo influenciado pelo reservatório, e se ela falar isso, ela quebra a regra de outorga dela, que é não passar nada de relação ao nível do rio Boliviano. Inclusive, eles querem fazer um acordo, eles estão como empresa, na visita que eu tive relacionada aquele vídeo, o Marcelo, estava lá comigo; eles falaram que eles querem inclusive ter o contato com o Governo boliviano, para que eles possam, eles querem pagar royalties para a Bolívia, para que eles possam utilizar o reservatório deles, mas, eles não conseguem. Mas atualmente se eles aumentarem, se eles afirmarem que eles aumentam cinco centímetros no nível do rio Abunã, que é a divisa do Território, do Brasil, já com a Bolívia, eles quebram a regra de outorga deles.

O SR. ALAN FRANÇA - Marcelo, só salientar. A minha preocupação quando eu coloquei, Sanches, de uma forma como uma denúncia. E o Legislativo, o Marcelo, aqui é Deputado, ele está aqui para isso, ele também fiscaliza, e isso é uma responsabilidade onde o próprio Deputado colocou aqui, que não está cumprindo EIA/RIMA. E isso vindo de você, Sanches, eu fico até, eu vejo que não só um morador comum que está discutindo, isso é uma preocupação, Marcelo. Eu estou atingido desde 2015, quando eu fiz o requerimento, eles não me responderam, eu reiterei o pedido em maio de 2015, foi fevereiro, depois em maio, reiterei. Eles foram lá fazer visita, chegaram, fizeram a vistoria e identificaram, e eu questioneei o técnico, falei: "olha Abunã, está sendo atingida, Abunã, é mais alto do que a minha propriedade e está atingido. Se vocês reconhecerem, vocês vão ter que reconhecer a Bolívia também, vocês estão cometendo um crime ambiental dentro da Bolívia". Então, dali para lá, o próprio técnico nem se dirigiu mais a palavra para mim, entrou no carro, saiu, entrou falando dentro da linha e saiu mudo e nem teve mais; mas, eu tenho o nome do técnico, no dia que fez a visita. Isso, Marcelo, se ele reconhecer um centímetro que seja cinco centímetros que alagou, eles estão cometendo um crime ambiental. Há conivência se eles colocarem, eu estou falando aqui como uma pessoa comum, vai lá e veja a realidade, então, Sanches, eu fico até, você colocando essa colocação. Porque, eles fizeram um estudo até a ponte onde está entre a Boca do Rio Abunã, dali para cima, eles não colocaram, não fizeram estudo, porque eles sabem se reconhecer vai ter que indenizar o Governo boliviano, e acaba sendo reconhecido, que o meu está mais acima, está dessa forma.

O SR. TADEU SANCHES PINHEIRO - Para a usina, o reservatório acaba ali, não é?

O SR. ALAN FRANÇA - É.

O SR. TADEU SANCHES PINHEIRO - Para a usina o reservatório acaba ali.

O SR. ALAN FRANÇA - Eu tenho um vídeo aqui, eu pedi ontem, um amigo meu vizinho, acabei de mostrar aqui para Osvino, o Mateus também viu, dentro da propriedade lá, estou com duzentos metros para atravessar o gado, eu tenho imagem daqui, eu tenho imagem. Há coisas que há dez anos, era um igarapé de dois metros, hoje tem duzentos metros para atravessar o gado da fundiária para frente. O Governo do Estado não vai lá recuperar a estrada, eu não onde colocar, se eu colocar terra aqui, está encharcado, eu não tenho onde fazer estrada. A gente está sofrendo lá um programa da política do sapo, é o que nós pecuaristas e os agricultores lá da região, nós estamos recebendo a política do sapo, é o programa que a gente está sendo atendido hoje lá.

A SRA. MARIE VALADARES - Eu poderia fazer uma pergunta para o Senhor Sanches, por favor? Em relação ao plano de segurança que as usinas deveriam estar cumprindo, eu sei que o senhor não é representante da usina. Mas, aqui eu gostaria de saber o que o Governo do Estado, e como o Governo do Estado, tem se posicionado em relação a cobrar da usina, que ela cumpra um plano de segurança, porque a

Agência Nacional de Águas, inclusive, entrou com uma ação contra a usina, porque ela não está cumprindo esse plano de segurança. E aí, eu pergunto, será que o Estado, não deveria dar mais ênfase para que realmente ele cobrasse que seja, porque na verdade, o senhor falando: "Ah! A gente não tem como prever um acidente". Por isso mesmo, quer dizer, não se tem como prever um acidente, porque não se trabalha com seriedade, porque quando se trabalha com seriedade, você tem como realmente ter um trabalho preventivo, como o senhor colocou muito bem, como exemplo, o cinto de segurança. Mas, existe um plano de segurança, ele já existe, o Marcelo, presente aqui da Defesa Civil, a quem eu tenho muito respeito e admiro muito o trabalho deles lá em São Carlos. Na verdade, a usina precisa cumprir esse plano de segurança, ela está interessada, eu não sei se ela está interessada em cumprir, porque se ela tivesse, ela já teria começado os trabalhos de orientar a comunidade. Então, existe um plano de segurança que ele é apenas teoria, e eu acho que tanto o Município, o Governo do Estado, a nossa Assembleia, os nossos representantes políticos, eu acho que se unir todo mundo para que a usina realmente coloque em prática o plano de segurança. A Agência Nacional de Águas entrou com ação contra a usina, e o Governo do Estado, e o Município o que estão fazendo? Quer dizer a Agência Nacional de Águas está lá entrando com ação contra a usina, porque ela não está cumprindo o plano. E eu gostaria de saber o que os nossos representantes, o que o Município, o que o Governo do Estado, está fazendo para garantir que a usina realmente cumpra. Nós precisamos, as comunidades ribeirinhas, o pessoal talvez não tenha, nem todo mundo está sabendo disso, mas, esse plano de segurança inclui um treinamento para todos os moradores caso, Deus ajude que nunca aconteça, mas, caso venha acontecer um acidente como as comunidades deveriam proceder, que é uma coisa de

fundamental importância, que é colocado como se não fosse algo importante, se criou um plano de segurança, está no papel, está na teoria e a usina simplesmente não está cumprindo que é isso que é para fazer uma capacitação, é para fazer uma orientação às comunidades ribeirinhas. E eu queria saber do senhor como é, qual é a posição do Estado, do Governo do Estado, ou da Defesa Civil Estadual, como é que vocês estão vendo essa situação? Obrigada.

O SR. TADEU SANCHES PINHEIRO - Certo. Ainda em dezembro eu cheguei a solicitar antes mesmo desse problema em Brumadinho, eu cheguei a solicitar das usinas os planos de emergência; recebi das duas usinas acho que nas primeiras semanas de janeiro, os planos de emergência das duas hidrelétricas, de Santo Antônio e de Jirau, e também havia pedido a de Samuel que também nos encaminharam, apenas porque por uma regra federal, que é a lei que regulamenta as barragens no Brasil, ela diz que as usinas precisam encaminhar os planos de emergência para os órgãos de Defesa Civil do Município e do Estado, aí então utilizando desse artifício legal eu solicitei, porque nós não tínhamos, eu achava, como a senhora falou, eu achava um absurdo porque nós não tínhamos. Ele é um documento grande, até o entendimento, ele requer paciência e tempo para poder manusear, é um documento, até porque são plantas arquitetônicas, a parte de emergência. A cobrança em si do que existe ou não em relação a isso, a gente passa por um problema da competência legal, por quê? Porque nós Defesa Civil, eu, o Marcelo, nós não somos órgãos fiscalizadores, o Marcelo não pode exigir, por exemplo, ele não pode chegar lá para a usina, por exemplo: "eu Defesa Civil do Município, ou eu Defesa Civil do Estado exijo que a usina me demonstre aqui como é o plano". Nós não temos essa

competência legal. Para este aspecto só existe um, infelizmente só existe um órgão que tem essa competência para isso, chama-se Agência Nacional de Energia Elétrica, é essa agência que regula tudo que é relacionado a barragens, que são voltadas para a captação de energia elétrica. Então, se fosse uma barragem de minério seria Agência Nacional de Mineração, e se fosse uma piscicultura grande aí sim, seria a SEDAM, se fosse um grande tanque, um tanque gigante de peixe que a outorga, se ele fosse da SEDAM, aí a competência seria da SEDAM e a gente poderia utilizar-se dessa parceria enquanto Estado, mas, existe infelizmente esse problema de competência porque nós não somos órgãos fiscalizadores em relação a isso.

O SR. ALESSANDRO BORGES - Rapidinho aqui amigos, esse assunto já é, para mim vem sendo bem recorrente que eu já fiz até algum mencionamento, vídeo até lá sobre essa cobrança desse sinal sonoro, se você entrar no MP/Plano de Ação Energia Santo Antônio pela ANEEL, vai estar lá todas as laudas, aqui vocês podem ver, todinho, só tem que ter um pouco de paciência para ler, eu já estive lendo, parei na metade, muitos detalhes aqui que, inclusive, do questionamento dela, podem ser alterados, está bom, era só isso aí que o pessoal perguntou e ele falou bem. E eu vi aqui, já pelo que eu li tem, muita coisa aqui que não faz nem sentido eles estarem colocando aqui, preocupação quase zero com a população, não existe treinamento para eles. É isso aí, pessoal.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Agradecer, muito obrigado Major Sanches pelas palavras. Agora a gente vai ouvir a Exm^a Senhora Liana Silva, Secretária-Adjunta da

SEAS, E antes de dar início eu inclusive conversei até com o Marcelo, da Defesa Civil, em relação, acho que foi sábado ou sexta-feira, foi sexta-feira, a gente viu uma reportagem na TV Globo que eles não iam levar a cesta básica nem água justamente porque estava com problema no transporte e o Marcelo me informou que foi adiado, não é? E aí eu já gostaria de saber se a senhora tiver conhecimento do por que, o que aconteceu que se não me engano essa parte de deslocamento fica com o Governo do Estado.

A SRA. LIANA SILVA - Bom dia a todos. Antes de falar como Secretária, eu quero falar como cidadã. Meu nome é Liana, eu sou daqui, viu senhor Paulo, e minha família é de Calama também, a família Vieira Lemos, está lá o Roni que também é da família de lá, temos também familiares lá em São Carlos, o pessoal também Moreira, a família Moreira, então eu quero dizer para os senhores que nós somos muito sensíveis a tudo que está acontecendo com as comunidades ribeirinhas por conta até dessa situação, que minha avó nasceu em Calama, então eu sou daqui também, conheço bem a região, sei como são essas situações alagadiças, andei muito também lá em Cuniã, no lago do Cuniã, lá em São Carlos, fui na época da enchente lá. E falando também essa questão de não só pelo ar, mas, o Governo do Estado também, isso já é com o Alessandro que falou essa questão, a nossa própria Secretária da SEAS Luana Rocha, comigo, nós estivemos lá em Candeias que era uma situação que estava muito difícil, inclusive eles querem até decretar essa questão de emergência lá em Candeias, saímos correndo por conta de um pitbull que estava na estrada e tivemos que sair nessa correria, mas, a gente está junto à comunidade, o próprio Governador do Estado, Coronel Marcos Rocha, fez questão de estar sabendo realmente do que está acontecendo

conosco in loco. Quanto ao Governo do Estado, apesar de estarmos no segundo grau em hierarquia no sentido de já ações emergenciais a serem desenvolvidas em relação a enchentes, eu quero dizer que no período de transição, senhor Paulo, eu quero falar para o senhor e também para nossa amiga Nágila, no período da transição de Governo, a primeira pergunta que a transição, a equipe de transição fez quando chegou a SEAS, foi perguntar: "e a enchente, se houver enchente este ano o que já tem planejado do PPA passado?". Porque assim vocês sabem que este ano ainda estamos trabalhando com o PPA do Governo passado. Então a primeira preocupação, Professora, foi justamente essa, e se ocorrer 2014 novamente, como poderemos ajudar as famílias? E essa preocupação, a Fabiane como ela já é mais antiga na Secretaria, ela passou para a gente que havia um planejamento orçamentário, e é esse que eu vou passar para vocês daqui a pouco, em relação ao que fazer se ocorresse realmente essa questão da enchente. Apesar de não ser acionado ainda pelo município, como bem disse o Deputado Léo Moraes, que o município nem ainda informou o Governo Federal da situação, apesar disso o Governo junto com o município tem estado sempre alerta em relação a todas as situações que estão acontecendo. Tanto é que, o que nós temos aqui? Foi feita a aquisição de 19.700 galões de água, sendo que 2.056 já foram entregues em Candeias no dia 22 de março; 1.053 ainda estão indo hoje para Nova Mamoré, que também está uma situação muito difícil lá; 3.200 já estão prontos para ir o quê? Para o Baixo Madeira. E vai ser esta viagem que eu vou falar para o senhor, inclusive, a questão da nota de esclarecimento em relação ao que aconteceu por conta desta modificação e já respondo ao senhor.

Também dentro de um processo licitatório nós estamos pedindo cestas básicas, só que houve um deserto no período anterior, agora acho que foi na semana passada, não deu

certo e preocupados com a situação fizemos um de emergência, que aí vão estar prontas estas cestas para serem entregues, são 900 cestas a priori, a partir do dia 28 que é nesta sexta-feira onde o barco vai descer com água e cestas básicas. Então nós estamos aí muito preocupados com a situação, mesmo, estamos aí sentindo junto com a comunidade, senhor Paulo, fique ciente disto, a preocupação de todos vocês. Então assim a gente sabe que hoje em dia no Governo, até, com qualquer política, a conversa falada, não adianta. E a professora disse bem quando falou também a questão da prevenção. Então assim prevenir um problema que já é recorrente há anos e anos é a melhor saída. Fazer um planejamento em cima de verificar como fazer para não ter que ficar levando mais água, ajudar dentro da comunidade, fazer um estudo lá dentro para saber como fazer para futuramente a gente não venha ser pego de surpresa, isso aí é uma prioridade de Governo. Então nós estamos aí com um planejamento, um PPA para ser construído pelo novo Governo, e esse PPA ele vai ser construído pensando nestes problemas que estão acontecendo agora. Para que nós possamos futuramente não sermos pegos de surpresa e essa comunidade tão sofrida não estar com a mesma problemática. Então é isso que a gente está aqui para falar para vocês em relação a esta questão. Aí outra questão em relação ao barco que foi suspenso na sexta-feira. A Secretaria, ela tem um cronograma de descida deste barco, e o que acontece? Na outra semana da outra vez, o que aconteceu? Nós suspendemos essa descida que é rotineira do barco, por conta desta necessidade das enchentes, e levamos as comunidades tudo isso. Ocorre que quando a gente faz este trabalho de suspender, algumas comunidades até citado na nota de esclarecimento que vai ser citado logo após, comunidades lá como rio Machado não possuem energia elétrica, não possuem também sinal de internet, rádio, onde a gente poderia estar

avisando essas comunidades que muitas vezes andam quilômetros para chegar à beira do rio para pegar o navio, o barco, para pegar esse barco, a gente não tinha como avisá-los, para dizer: "olha o barco não irá agora, porque vai levar esta situação da água e das cestas". Têm pessoas que precisam fazer sessões de quimioterapia, pessoas que têm problemas cardíacos. Então a gente não pode suspender a todo o momento essa viagem do barco. Houve esta necessidade e este replanejamento para que possamos levar na sexta-feira dia 28, este auxílio às comunidades que estão precisando. Porém, nesta viagem nós poderemos avisar essas comunidades, e justamente: olha, na outra semana a gente vai ter que suspender porque vai ter que atender as pessoas que estão também com necessidade, então a preocupação é geral.

E é isso que a gente tem para falar, viu Deputado. Agradeço demais, isso eu acho muito importante, essa sensibilização com toda a comunidade. Nós estamos aqui olho no olho para realmente o quê? Defender, buscar ações e buscar o planejamento estratégico no sentido de resolver o problema e não ficar todos os anos com a mesma problemática. Muito obrigada. Um beijo a todos!

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Obrigada Secretária. Deixa eu te fazer uma pergunta. Todos nós sabemos que as produções se perderam. E como a senhora falou são 2.800 cestas para o Baixo Madeira é isso?

A SRA. LIANA SILVA - Não. Eu citei aqui, 900 cestas emergenciais, por conta do deserto que deu, questão da licitação passada.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Tem algum plano, depois que essa cheia, vai baixar o rio, todos nós sabemos. Já está baixando, mas, os problemas vão ficar e tem algum plano para a gente dá uma assistência para essas pessoas? Por exemplo: "agora vai dá uma assistência, Marcelo, vai levar água potável, cesta básica". E daqui a 30 dias e daqui a 60 dias, tem algum plano?

A SRA. LIANA SILVA - Então, o que nós temos em relação a essa questão também, são alguns kits que a gente está providenciando em relação à limpeza, do que está acontecendo agora. São mais ou menos, 663 kits para prevenir essas questões aí. Antes, até para esclarecer também, eu queria que a Fabiane falar um pouquinho em relação a essa questão, mas, citar o que a Dona Nágila, ela falou em relação à habitação, de como vão ficar essas pessoas. Só a título de esclarecimento em relação a isso.

O SR. ADAILTON NOLETO - Eu vou fazer uma intervenção, aproveitando a fala da Fabi e da Secretária Liana. Eu gostaria de saber quais são, eu acho que é até uma resposta para toda comunidade, quais foram as ações que foram levadas a cabo, de todas aquelas proposituras que foram feitas no Plano de Reconstrução, nós ficamos no Hotel Rondon, 5 dias, em junho de 2015, uma cartilha deste tamanho, com a assinatura de gente que nunca nem vi na beira desse rio Madeira. Um monte de nomes, mais de 800 pessoas comendo e dormindo lá no hotel. Eu quero saber qual foi o resultado disso? Porque esse Plano de Reestruturação passava por uns assentamentos, o pagamento das áreas de terra de Calama, Nazaré, São Carlos, Cujubim. E isso é o

essencial. Para nós, eu acho que não tem nem o modelo de moradia. Eu até sugeri que não precisa fazer modelo de moradia. A Emater tem uns modelos muito bons e a Vila DNIT é pegar aquele ali, fazer control 'c', control 'v'. Pega a Vila DNIT, que é o único assentamento, eu acho que é a única compensação responsável que eu vi em toda a minha história de 34 anos em Rondônia. Trabalhei na escola, também, lá na Vila DNIT. Aquela modelo ali, não precisa, pega do DNIT aquilo ali e instala nos assentamentos. Então, nós gostaríamos de saber quais foram, porque a única coisa que eu vi disso, para ser justo, foi que levantaram o greide da BR-364, da Velha Mutum até o Abunã, uns 3 ou 4 metros, para atender as usinas, porque senão estava alagado lá hoje. Só isso. Fora isso, eu quero saber o que mais teve.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Fabiane, só um pouquinho. Só para ir à linha do raciocínio aqui, da questão do Marcelo.

O SR. MARCELO SANTOS - Então, agora chegou à vez aqui do Marcelo falar. O Major Sanches falou com muita propriedade e nós percebemos que 70% das conversas, dos diálogos, fala-se em usina. Primeiramente eu gostaria de parabenizar o nosso Deputado Marcelo Cruz por esta iniciativa. E dizer que muitos falam que não saia apenas de mais uma Audiência. Mas, eu tenho certeza, que eu conheço o trabalho do Deputado Marcelo Cruz, que isso não irá frear aqui. Ele tem compromisso e eu sinto, eu sou morador de Porto Velho, eu sinto no Deputado, que ele tem compromisso também com a nossa população. Nós estamos aqui discutindo sobre os impactos da cheia, que essa era a pauta da nossa Audiência, agradecer aqui a presença da Emater, do Arimatéia aqui; o nosso Deputado Léo Moraes, que saiu,

deputado federal; os representantes dos bairros que se encontram aqui presentes, Triângulo, Milagres, todos os representantes dos bairros que aqui estão; a minha amiga Nágila, representando também o Distrito de São Carlos, em que ela levantou demandas, que é a falta dos recursos para os agricultores. Em relação à exclusão do programa habitacional, foram famílias que, em 2014, não tiveram esse acesso ao Programa Habitacional. Não existe, na fala dela, indenização para os moradores atingidos. Eles ficaram aí, desamparados. Cumprimentar o Paulo de Souza, representando o Baixo Madeira - não é, Paulo? 22 famílias do Monte Belo. Muito bem aqui levantado as demandas, em relação à agricultura, essas perdas, que são de fundamental importância para a sobrevivência da população. Eu digo, em relação ao contingenciamento do Baixo Madeira, antes de seguir aqui, já é de interesse do Prefeito de Porto Velho, pelo qual ele externa um abraço a todos, não pode participar e pediu para que eu o representasse aqui em que, de imediato o Marcelo fez uma pergunta após, para a Secretária da SEAS, a Liana, em relação ao que fazer depois. Então, poços serão perfurados nessas localidades porque a demanda, a logística para entrega de água nesses Distritos, nessas comunidades não é fácil. Nós sabemos que uma viagem de barco só comporta quatro mil fardos de água, então, a logística de entrega dessa ajuda humanitária para o Baixo Madeira é muito difícil. O Alessandro Borges, representando ali Cujubim Grande, ele falou sobre as mesmas situações das famílias que mais de 85% das famílias tiveram suas plantações comprometidas. Então, tudo que estava se falando aqui, eu estava anotando. Ele falou que a cheia é sazonal, todo ano tem aqui em Porto Velho, e políticas públicas deverão ser realizadas para a solução, não é porque todo ano vai acontecer. E essas plantações, essa agricultura, ele falou também da dificuldade de a população

se comunicar com a usina, que isso tem prejudicado muito o andamento de todas essas audiências, porque sempre não mandam representantes. Então, em relação às estradas também, o Alessandro falou que ficaram isolados, o acesso e dificulta até mesmo o trabalho da Defesa Civil, nesse período, para levar essa ajuda humanitária. Só para não perder o gancho, existe uma lei que está em vigor, que fala sobre a política nacional de segurança de barragem. Ela foi criada em 2010, regulamentada em 2015, por uma Resolução e a partir daí que as barragens começaram a apresentar o PAE - Plano de Ação de Emergência, que é uma exigência da ANEEL. Então, muitas usinas do País vêm apresentando. Aqui em Rondônia, especificamente Porto Velho, as três de grande porte, como a Jirau e a Santo Antônio fez a apresentação para a Defesa Civil, para os órgãos. Eu entendo que esse Plano de Ação de Emergência tem que se estender para mais órgãos, para a população também, para que ela tenha acesso, não só ficar limitada à Defesa Civil, a estadual, municipal. E nós, para não perder esse gancho também, dessa linha de raciocínio, tem um complemento em relação a esse Plano de Segurança. O que é que acontece? Caso haja uma ruptura numa barragem, o Major Sanches foi convidado, tanto na Usina de Jirau como na usina de Santo Antônio, eu estive presente, o que fazer? Eu acho que é a dúvida de toda população, não é? Então, essa legislação da política nacional de segurança de barragem prevê ações para, caso haja. Foi percebido que o risco é quase zero, mas, o dano potencial é alto. Então, dentro, por exemplo, de Jirau, Santo Antônio; Santo Antônio nós já iremos, após terminar esse período chuvoso, trabalhar junto com a Usina de Santo Antônio, em relação Zona de Autossalvamento, que é o ZAS, chamado ZAS. Nós iremos cadastrar todas as famílias, numa área de propagação, por 30 minutos, as famílias que ali residem deverão ser cadastradas, treinadas através de

simulação, caso haja uma ruptura de barragem. E dentro do ZAS, que é a Zona de Autossalvamento, a Defesa Civil irá, juntamente com a usina, fazer a rota de fuga, ponto de encontro para que toda essa população, e saber quem é que está lá naquela localidade, nessa Zona de Autossalvamento, se existe crianças, idosos, deficientes, e ações de emergência, caso haja uma ruptura isso aí está sendo estreitados os laços. Então, primeiramente, é o PAE, o Plano de Ação de Emergência. As três usinas, como o Major falou também chegou, duas apresentaram, apenas a de Samuel não apresentou, mas, as outras duas apresentaram para as Defesas Civas, para os órgãos de proteção. Então, continuando, o Cabo Moura falou também, ele está defendendo o Médio Madeira, ele levantou a demanda das terras. Para a gente só deixar bem claro aqui, as demandas anteriores, as terras em que o Estado adquiria para fazer o reassentamento das famílias. Para a gente verificar, Deputado Marcelo, até onde ficou parada a continuidade em relação a essas terras. Porque, como nós bem falamos, a questão de cheia em Porto Velho, é sazonal, todo ano nós temos. Nós temos que resolver o problema das famílias. Não ficar todo ano levando cesta básica para quem não está em terra firme, mas, temos que resolver esse problema. Então tem que ver até onde parou a questão da aquisição dessa terra do Estado, em que se anda isso daí. Falou também que as famílias perderam suas plantações. O Alan França, região do Abunã, o Alan, falou com muita propriedade em relação às famílias que também tiveram sua agricultura comprometida que o forte de lá é a Agricultura, não é Alan? Em relação os ramais da Penha, em relação à situação do DER para dá mais ênfase, lá tanto Penha também como o São Sebastião, é São Sebastião.

Deputado Léo Moraes tomou a palavra, falou também em relação aos recursos, Deputado Marcelo, os recursos

advindos, recursos federais eles precisam ter critérios, por exemplo, nós estamos ainda no estado de alerta, nós não passamos para uma fase que é a situação de emergência, logo o caso necessite decretar situação de emergência, esses recursos federais eles poderão ser adquiridos pelo Estado como foi em 2014 e repassado para o município para as ações de resposta, também de reconstrução e tem um prazo de 90 dias e pode ser prorrogado por mais 30, é isso Fabiane, mais ou menos, não é 30 dias, com essa situação de emergência e espero que nós, esse ano 2019, não precise decretar situação de emergência porque como o Deputado mesmo falou, o rio irá descer e o que fazer nessa questão do acompanhamento pós-enchente.

Então, nós temos aqui o nosso amigo Geovane, do MAB, que vem levantando as questões da cheia que é recorrente; o Rodrigo Andrade, que é o Presidente do Bombeiro Civil, que saiu; mas, é bom saber, Deputado Marcelo, que nós podemos contar com eles, caso precise já deixou aqui; a professora Marie, muito obrigado, Diretora da Escola falou com muita propriedade em relação às Políticas Públicas, o Projeto para mudar a vida da comunidade, nós temos a questão do turismo que no Baixo Madeira, ele pode ser muito daqui para frente com essas Políticas Públicas em relação aos recursos federais sendo pleiteado para os barrancos, as margens que vem, o fenômeno Terra Caída, foi falado que o rio Madeira é um rio jovem e está em formação, mas quem anda no rio Madeira, o Deputado Marcelo, tem andado muito e sabe que certos Distritos como Nazaré, São Carlos, Calama, está caindo toda a frente. Então, porque não pleitear recursos federais para fazer a questão do enrocamento, de contenção igual está sendo feito aqui no Complexo Turístico na revitalização da Estrada de Ferro para que possa frear, diminuir essa erosão, porque ali existem famílias tradicionais que há muitos anos moram ali e se perguntar,

Deputado Marcelo, se os moradores do Baixo Madeira querem vir para a cidade, eu acho que 90% não querem, se tiver 10% eu acredito que é muito, é a mesma situação de São Carlos. São Carlos, a população não quer sair de São Carlos, a população quer resolver o problema para ficar nas suas origens porque gostam e amam aquele Distrito e as suas localidades.

Agradecer ao Fadrício, ao Dr. Fadrício, da OAB, muito bem explanado, o Vereador Tiãozinho, muito obrigado também Vereador Tiãozinho, agora que está assumindo os trabalhos e já começou muito bem, Vereador, eu estou acompanhando o seu trabalho, a sua luta, é Aliança, é o Professor Adailton, o Adailton também falou com muita propriedade em relação aos Portos, estávamos discutindo muitos problemas limitados em usina, mas, o funcionamento dos Portos também é de fundamental importância para que o Ministério Público tanto Estadual e Federal façam a cobrança em relação esse funcionamento, esses alvarás.

Eu ouvi uma fala sua e eu não fiquei incomodado, mas, se na minha gestão acontecer eu tomarei providência em relação agressão verbal de funcionários da Defesa Civil, que no momento de fragilidade da comunidade, dos ribeirinhos e ficar atendendo ribeirinho, em 2014, exatamente, isso aí é inadmissível e se chegar ao meu conhecimento eu tomo providências cabíveis, vocês já sabem o meu jeito de trabalhar, eu não gosto dessas injustiças, eu trato todo muito bem com educação para não ter esse problema.

A SRA. MARIE VALADARES - Senhor Marcelo, só em relação essa questão. O que nós percebemos em 2014 é que existia um número muito pequeno de servidores para atender uma

quantidade muito grande das comunidades ribeirinhas e todos estavam numa situação de estresse muito alto, então, a minha sugestão é que na verdade, até para não sobrecarregar também essa servidora que está atendendo que é um ser humano, diante de situação de estresse, eu mesma, sou uma pessoa super tranquila, super calma, mas, eu em algum momento perdi a paciência, assim, até pela situação de estresse, é normal. Então, eu acho assim, que esses servidores, você tem que se sobrecarregá-los menos também, que eu acredito que é uma das causas que eles acabam entrando nesse momento estressante, que não sobrecarregue também tanto essa pessoa que está atendendo, ver esse outro lado.

O SR. MARCELO SANTOS - Exatamente. Foi bem comentado pelo nosso Deputado Marcelo Cruz, em que a Defesa Civil, ela é uma Coordenadoria e antes era uma Secretaria e tem um efetivo muito, digamos assim, reduzido para atender as demandas do Alto, Médio e Baixo Madeira e nós conseguimos ainda atender, mais uma coisa que eu não aceito é destrato com a população, eu estive pessoalmente lá em São Carlos e quando todos estavam na fila lá, eu, aquela fila imensa para receber os benefícios, eu colocava as prioridades, os idosos na frente, pessoas com criança de colo, saia servindo refrigerante, perguntando se estava bem e eu gosto desse atendimento e eu não gosto desse tipo de atendimento para a população, principalmente a população que está passando por isso, uma situação de vulnerabilidade e ainda ser atendido ainda com destrato.

Meu amigo Bosco, agradecer a presença, ele já deu uma saída, ele falou sobre agricultura familiar, adquirir área em terra firme que já está sendo visto anteriormente pelo Estado. Osvino, agradecer também, ele falou sobre as

demandas, as famílias relocadas de Calama, a área que seria para relocação das famílias, inclusive a Defesa Civil Municipal, ajudou a SEAS fazer esse cadastramento dessas famílias, para que elas possam ir para um local seguro.

O meu amigo Major Sanches, falou com muita propriedade da nossa visita a usina de Jirau, não foi uma vistoria, não é isso Major? Não foi uma vistoria, foi uma visita, nós fomos convidados porque estava notícia em mídia, em redes sociais que a usina iria se romper, aí colocaram, postaram muitos vídeos na internet, vídeos lá de 2014, 2015 e nós na oportunidade fomos com os técnicos, tanto o Major Sanches, a Defesa Civil Estadual foi com engenheiros, técnicos e eu também levei engenheiros da Defesa Civil, fizemos sim uma vistoria acompanhada primeiramente recebemos uma aula, uma explanação do funcionamento da usina, depois fomos para a margem esquerda que são 22 unidades geradoras e o seu subsolo, depois para a margem direita com 28 unidades geradoras também como seu subsolo. E no vídeo lá evidenciava lá um vazamento na casa de força, mas, só que lá dizia que iria romper e não tem nada haver com barragem, não tem nada haver com barragem. Ali era um problema meramente mecânico, não tivemos como saber se era na usina de Jirau, não tinha como a gente perceber, mas, nós verificamos que na casa de força é feita por concretos maciços, uma estrutura muito forte e às vezes, acontece que na junta, é chamada junta deslizante, pode se encontrar vazamento, vazamento até forte, só que a usina, ela é controlada por um sistema informatizado, que é chamado: SIBA e quando é identificado esse problema, essa anomalia, o quê que eles fazem? Eles fazem a intervenção, eles desligam aquela unidade geradora, fecha-se a montante, fecha-se a jusante, faz o reparo, troca, faz a intervenção que eles chamam, troca aquela junta deslizante e depois ela volta a funcionar e faz também a drenagem da água onde

houve esse vazamento e volta a funcionar. Então, é uma situação meramente mecânica em que a pessoa fez lá um vídeo e postou que estava rompendo ali as barragens. Então, eu não sou...

A SRA. MARIE VALADARES - Inclusive, eu acho que essa pessoa que fez esse vídeo, ela tem que começar responder por esse ato que é muito grave e que deixa muitas pessoas nervosas...

O SR. MARCELO SANTOS - A população ribeirinha.

A SRA. MARIE VALADARES - Pessoas idosas passam mal, ficam agitadas, quer dizer, eu acho que uma pessoa dessa, ela precisa ser punida, ela não pode chegar irresponsavelmente e divulgar uma notícia dessa e as comunidades que tem que passar por isso...

O SR. MARCELO SANTOS - Concordo plenamente, porque existem pessoas idosas, pessoas que têm problema cardíaco e recebe uma situação dessa, teve famílias aqui do Bairro Triângulo, que saiu, achando que realmente a água estava chegando na casa dela pela notícia que estavam passando. Primeiramente também eu quero dizer que eu não sou defensor e nem advogado de usina, mas, eu e o Major Sanches, estivemos lá, tivemos informações e eu sou de Porto Velho, eu quero o bem para a nossa população, é claro que fiscalizações de quem é competência, no caso da ANEEL, deveria existir com mais frequência, mas, é isso que nós temos para dizer em relação da usina e nós temos aí em

relação ao barco da SEAS, nós entendemos porque existe "N" problemas do Baixo Madeira, mas, o bom é que nós sabemos, Deputado Marcelo, que essa água irá nesse final de semana, e essa sexta, essa ajuda humanitária irá. Porque é plausível em relação a justificativas que eles fizeram, porque também estava atendendo uma comunidade ribeirinha. E nós temos aí já uma ajuda muito grande do Barco Deus é Amor, é um barco que comporta muito em relação à água que se levar outro de pequeno porte não comportaria esse material todo. E a SEAS, tem nos ajudado muito, e com certeza, nós iremos levar essa ajuda humanitária nesse final de semana para tanto o Distrito de Calama, e também demarcação e suas respectivas comunidades, e as comunidades que faltaram também de Nazaré, Tira Fogo.

A SRA. MARIE VALADARES - E a Boca do Jamari, Marcelo. A Boca do Jamari vai ser? Já foi não é?

O SR. MARCELO SANTOS - Boca do Jamari, já foi atendida uma vez, e já vai ter que, só que eu vejo a necessidade de ser atendida já a segunda vez. Porque logo no início, elas foram atendidas com água e cesta.

A SRA. MARIE VALADARES - Somente por causa da água não é?

O SR. MARCELO SANTOS - Exatamente, lá eu vejo por quê? São Carlos é um Distrito que tem como adquirir caso precise, agora já a Boca do Jamari, tem que estar atravessando, e eu vejo uma vulnerabilidade maior ali na Boca do Jamari, e eles serão atendidos novamente também que eu vejo também a necessidade. E nós temos aí, Tira Fogo,

nós temos aí Pombal, Conceição da Galera, Catarina, todas essas comunidades serão atendidas agora nessa próxima descida. E nós temos que lembrar também do Alto Madeira, nós temos aí Fortaleza do Abunã, também que foi afetada, impactado. E eu quero dizer para vocês, que nós fizemos todo o monitoramento, tanto a Defesa Civil Estadual, que fez a sala de situação para medidas cabíveis, acompanhando o nível do rio, os prognósticos futuros. O Major Sanches, sempre preocupado, mas, a limitação dele, não é apenas em Porto Velho, é o Estado todo. Então, junto com a Defesa Civil Municipal, nós temos tomados aí planejamento para as ações de resposta para o Baixo Madeira. Nós fizemos sim, um sobrevoo, eu fui com o Major Sanches, ele é piloto, vocês não sabem, ele é piloto. Quando eu o vi pilotando, eu fiquei até com receio no primeiro momento, mas, aí depois, eu vi que ele tinha segurança ali na aeronave. Nós fizemos relatório aéreo, fotográfico, porque precisa, caso vá para uma fase seguinte em relação a decreto de emergência, precisa desse relatório aéreo, fotográfico para ver famílias atingidas, prédios públicos, postos de saúde, igrejas, escolas, nós tivemos que fazer esse relatório fotográfico aéreo, foi bem feito.

Então, caso precise futuramente, isso aí está sendo alimentado no S2ID, pela Defesa Civil Municipal, Estadual, e todo o planejamento está sendo feito tanto pela Defesa Civil Estadual, como a Defesa Civil Municipal.

A SRA. LIANA SILVA - Eu gostaria só de retificar aqui a data. O barco, ele vai sair na sexta-feira, dia 29, está certo? Vão abastecer dia 28 e 29, ele vai descer o Madeira.

O SR. MARCELO SANTOS - Deputado Marcelo, antes de terminar a minha fala, me desculpa. Eu quero agradecer imensamente a nossa Secretária, a Luana Rocha, que de pronto atendeu o nosso pedido, a Fabiane, a Liane, também Secretária Adjunta da SEAS, ao Governo do Estado, por estar junto com a Prefeitura nesse momento. O Coronel Marcos, que eu tenho amizade pessoal com ele; sei do trabalho, do potencial que ele tem. E eu tenho certeza que essas ações, o que estava para trás do Governo anterior, em relação ao terreno tanto de São Carlos, como essa desapropriação de Calama, ele vai dar seguimento agora, não irá parar por aí, porque nós estamos em outra gestão. Aí é como o Deputado Marcelo falou, ele quer se inteirar do que está para trás em andamento, para a gente corrigir, e agora não sair apenas de Audiências, mas, a gente levar adiante.

O SR. ALAN FRANÇA - Só fazer uma intervenção Marcelo. O senhor acabou de informar, Marcelo, em seu posicionamento, sua palavra, que Fortaleza do Abunã hoje está atingida com a cheia.

O SR. MARCELO SANTOS - Sim.

O SR. ALAN FRANÇA - O senhor tem esse documento, relatórios, com as informações e a população pode ter acesso a isso?

O SR. MARCELO SANTOS - Tem sim. Esses dados a gente informa tanto ao Estado, também como a gente alimenta no S2ID. Nós temos aí em Fortaleza do Abunã, famílias que estão desabrigadas, que estão na escola, é aquela rua lá daquela escola, principalmente aquela primeira.

O SR. ALAN FRANÇA - Eu sei, eu conheço.

O SR. MARCELO SANTOS - Aquela rua que você conhece lá.

O SR. ALAN FRANÇA - E vocês informaram também a própria, o consórcio Santo Antônio que é, Santo Antônio, Consórcio acima, de Jirau?

O SR. MARCELO SANTOS - Bom, nesse primeiro momento não, porque, esse relatório é o relatório final, pós-enchente. O que nós precisamos é atender prioridade, que a Defesa Civil, ela trabalha com a situação do risco, de retirar a família, colocá-la num local seguro, para que ela não corra risco.

O SR. ALAN FRANÇA - O meu questionamento Marcelo, a partir do momento como um órgão público, vocês, informar que a cota está sendo atingida lá em cima na Fortaleza do Abunã, mas, acima do que Abunã, isso demonstra a responsabilidade do próprio consórcio, e vocês como unidade pública, vocês têm que notificá-los, para eles atribuírem a responsabilidade social. Porque está sendo atingindo acima do que era o projeto que eles estão colocando.

O SR. TADEU SANCHES PINHEIRO - Especificamente Alan, sobre a região ali. O que ocorre é que há um problema até para se conseguir chegar a dizer até aonde é e até onde não é influência, porque o reservatório chegou a ser baixado

como medida protetiva da BR, há um gráfico, uma curva de proteção em relação a isso, inclusive o reservatório chegou a ser baixado da usina de Jirau, mas, nem por isso diminuiu o nível do rio em Fortaleza do Abunã, o que ocorre é que lá o nível do rio em si foi exatamente o que ocorreu também em Nova Mamoré, o rio em si especificamente lá em Nova Mamoré, o rio Beni; e lá em Fortaleza do Abunã, o rio Abunã foi que chegou numa cota do próprio rio que alagou ali, isso não é necessariamente a questão do reservatório em si, ou seja, o nível do reservatório em si ali, embora seja muito difícil a gente chegar dizer até onde...

O SR. ALAN FRANÇA - Mas Sanches, concordo com tudo que você colocou, mas, ao mesmo tempo eu discordo, porque a partir do momento que o empreendimento instalou nas unidades ali tudo que estiver acima é atribuição, é responsabilidade deles, e tudo ao mesmo tempo que você também eu discordo quando você falou que o nível natural do Baixo Madeira que vai acontecer e até a cheia ou não, que a própria diretora também questionou negativamente balançando a cabeça, independente, porque quando chove lá e a água desce, a variação, um dia você vê aqui, eu estou falando porque eu conheço bem, você está na barranca do rio de manhã, às 9:00 horas da manhã quando der 10:30 da manhã o rio está com 1 metro de altura acima, eles fecham a comporta e segura a água e isso eles vão regulando lá em cima, da mesma forma, eu imagino, quando acontece isso, vem uma chuva mais forte eles simplesmente abrem a comporta que já tem informação que está vindo água e está vindo essa vazão vindo de uma forma acelerada, acontecendo tudo isso no Baixo Madeira. Eu estou questionando essa questão vai ter enchente sim ou não, eu discordo desse posicionamento, mas do seu posicionamento o que tiver da responsabilidade

da cota Santo Antônio para cima, os dois consórcios têm que ser responsabilizados por isso, é nítido, falando agora como um ser humano, como um que ia para Fortaleza do Abunã no período de verão, e, nós tínhamos praia e você vai hoje, no verão e não tem praia, significa que atingiu acima do que estava projetado 30 km, 30 não, 60 km acima o rio Fortaleza do Abunã, entendeu, e eles só fizeram estudo até na ponte. Então, o meu questionamento é isso, então a partir do momento que o Marcelo informa aos consórcios: "olha, a cheia está aqui e está sendo atingido lá em Fortaleza do Abunã", e são documentos comprobatórios públicos, oficiais que demonstram que os dois consórcios não estão cumprindo com as cotas.

O SR. MARCELO SANTOS - Exatamente. Alan, a cheia é feito um relatório final e as comunidades, por exemplo, do eixo da BR que é o Alto Madeira, os atingidos serão encaminhados, também cópia desse relatório para as usinas. Aqui na usina de Santo Antônio, a gente tem um problema de desbarrancamento no bairro Triângulo, as famílias tradicionais, mas, nós sabemos que a usina daqui a gente está vivenciando tragédias e acidentes, desastres, aliás, como vivenciamos em Brumadinho, lá é rejeito de minério, aqui é totalmente atípico em relação à usina aqui de Porto Velho, lembrando que aqui em Porto Velho a usina é fio d'água, é fio d'água, não é de reservatório, ela não foi fabricada para segurar em relação a reservatório, o que entra na usina; aqui vamos colocar de Santo Antônio que é chamado de afluente, é a mesma que sai que é chamado de defluente, é a mesma que sai que é chamada de defluente, o que acontece é claro que o rio está em formação, o rio está em formação, eu não estou querendo dizer que sou defensor da usina não, mas, existe a questão de cheia natural, isso aí é indiscutível. Então no território boliviano, no Beni,

Madre de Dios, as quatro bacias Mamoré e Guaporé que formam aqui o rio Madeira, então essa água que...

A SRA. MARIE VALADARES - Só uma pergunta, o senhor acha então que é uma coincidência que após a construção das usinas nunca mais nós tivemos o mesmo nível do rio madeira, que está sempre acima do que acontecia antigamente? O senhor interpreta isso como uma coincidência?

O SR. MARCELO SANTOS - Não, não, existem as outras cheias anteriores como a cheia de 97 que foi totalmente natural, as outras cheias anteriores, eu não estou aqui defendendo as usinas, o funcionamento das usinas, jamais, eu não quero que vocês entendam isso, o que acontece? O rio está em formação, esse fenômeno de Terras Caídas é predominante na região Norte, então enquanto ele não encontrar o seu leito, as margens do rio vai, agora o funcionamento da usina eu não sou especialista para querer dizer esse desbarrancamento tem, assim, diretamente a ver com o funcionamento da usina.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - A gente vai marcar outra audiência para a gente discutir diretamente isso. Obrigado Marcelo. Vamos ouvir aqui a Fabiane rápido e eu quero ouvir também o José de Arimatéia ainda também. Vamos ouvir a Fabiane.

A SRA. FABIANE PASSARINI - Inicialmente com relação à questão do plano de reconstrução que foi feito em 2014. A maioria dos pontos eu não tenho como dá informação, porque

ele é um plano que perpassa quase todas as Secretarias do Governo do Estado. Algumas coisas, de repente, até o Major Sanches pode colocar de algumas demandas que foram criadas com o plano de reconstrução e que foram aplicadas e que estão sendo feitas. Talvez não visível aqui em Porto Velho, mas, nos outros municípios que foram impactados. Mas, assim, o que cabe a Secretaria de Assistência, acho que talvez possa ter alguma informação a mais em relação às áreas desapropriadas, que realmente foram desapropriadas, isso é fato! Em 2014 foi uma desapropriação muito rápida, eu acho que, acredito que em função da situação de calamidade pública não foi feito um estudo bem apurado com relação à localização destas áreas. Foram desapropriadas as cinco áreas em nome do Governo do Estado e o município também desapropriou duas. Então o município também tem duas áreas desapropriadas em função da enchente de 2014. As que o Governo do Estado desapropriou, uma fica em Calama, realmente em uma área propícia a um reassentamento, é uma área muito boa, uma área alta, eu conheço, que eu já estive lá. E tem uma em Nazaré; uma na Fazenda Bom Jardim ali próximo a área de Bom Jardim, uma aqui na área mais próxima, área urbana. E tem uma que foi desapropriada em São Carlos, que talvez, acho que é o maior interesse de vocês é a questão de São Carlos, só que esse decreto de desapropriação foi anulado, porque ele ficou em cima de uma área que é uma área que pertence a União, então hierarquicamente o Estado não pode desapropriar uma área que pertence a União. Na época até foi feito um estudo com relação ao valor para indenização, inclusive, foi um valor muito baixo, o proprietário que, inclusive, ele é um assentado da Reforma Agrária porque essa área fica dentro de um projeto de assentamento do INCRA, ela não é uma área do Terra Legal, ela é uma área do INCRA, e aí não foi possível dá continuidade, então este decreto foi anulado,

ele não tem mais vigência, então não existe nenhuma área respectiva para a questão de São Carlos, em nome do Governo do Estado, eu não sei se o município tem alguma situação. Se houver realmente esta situação de remover o Distrito, tirar ele; trazê-lo para a margem direita. Aí tem que ser reiniciada essa discussão conjuntamente com o município que na época não foi feita de uma forma muito clara. Até quando eu peguei os processos para fazer a verificação, parecia era que o Estado tinha que fazer todo um procedimento, o que não pode do ponto de vista legal, porque é um impacto no município, então tem que ser uma ação em conjunto. Então com relação a São Carlos não há nenhuma área do Governo do Estado para realocar as famílias da área de São Carlos ou dali da Boca do Jamari. Então isso é uma situação que já está bem definida, até conversei com os meninos da Comissão, infelizmente o processo não foi dado andamento, a Comissão que foi feita na época de avaliar e escolher a área; escolheu uma área em que o Estado não poderia ter feito nenhum termo de desapropriação. Então com relação a São Carlos...

A SRA. MARIE VALADARES - Chegou a vir recursos para a indenização desta área lá de São Carlos?

A SRA. FABIANE PASSARINI - Não. Essas áreas as indenizações foram pagas com recurso do Governo do Estado, não foi paga nenhuma com recurso federal, da União não, foram todos com recurso do Tesouro Estadual.

O SR. ADAILTON NOLETO - Senhora Fabiane, eu quero só que você me diga se vocês têm conhecimento daquela área do Bom Jardim, os 1.600 hectares desapropriados e pagos pelo Governo de uma ocupação que está tendo lá. Está tendo uma

ocupação, lotearam aquele terreno. O companheiro Severino lá de Mutum falou isso para mim, está lotando de gente lá. Se vocês estão tomando providência ou vão esperar isso para quando? Quando é que o Governo do Estado vai mandar alguém lá investigar isso, porque a área é dos ribeirinhos, vai ser outro problema, se vocês não cortarem o mal pela raiz agora, quando for procurar terra vai dá mais problemas. Eu estou só colocando isso. O companheiro Severino não pode estar aqui, ele esteve em Brasília tratando deste assunto lá em Brasília, um militante que é lá da comunidade de Mutum, foi isso que ele passou para mim.

A SRA. FABIANE PASSARINI - Eu vou verificar com a SEDAM essa questão da área de Bom Jardim. A área de Bom Jardim por se tratar de uma área de Zoneamento 2, a gente não pode fazer qualquer tipo de loteamento lá, então provavelmente vai ser transformada em uma RDS, que é uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que as famílias podem estar dentro da Reserva, elas serão acompanhadas pela SEDAM, mas, são estudos que estão sendo feitos pela SEDAM. Assim, das cinco áreas, então a consciência que a gente tem, a gente tem quatro áreas, a gente está em duas frentes dentro do Governo do Estado nesta nova gestão. A primeira é regularizar estas áreas no ponto de vista do imóvel, porque o Estado desapropriou, ele indenizou, mas, ele ainda está regularizando a questão cartorária de incorporar o patrimônio do Estado. E a segunda frente seria com relação à destinação destas áreas. Também tem outra frente estudando como poderia ser feito isso.

Essa gestão está analisando bem essa situação destas desapropriações, uma vez que todos estes processos, até vocês comentaram da questão se houve irregularidade, se houve superdimensionamento de valor, essas coisas. Eu já

informo para vocês que todos esses processos estão na 5ª Promotoria do Ministério Público está sendo analisada a questão de improbidade e tudo. Então a gente também está aguardando este retorno do Ministério Público para ver quais são os encaminhamentos que vão ser tomados. A gestão do Governador Marcos Rocha está tomando muito cuidado com relação às desapropriações, porque tem sido feito toda uma situação de análise destes processos, o que é possível fazer, o que não é. A priori está sendo realmente feita esta questão da regularização, uma vez que o Estado desapropriou, então ele indenizou, então esse imóvel passa a ser do Estado. Com relação à destinação, a gente está estudando essas questões para ver como é que seria. Acredito que uma das que está mais avançada, seria a questão de Calama, que é uma área bem tranquila de se lidar, até do ponto de vista fundiário. Nazaré está sendo negociada com o INCRA, porque também o Estado fez a desapropriação lá da área, mas, é uma área que pertence ao INCRA, é uma área que faz parte de um PDS, um Programa de Desenvolvimento Sustentável do INCRA. O INCRA já entrou em contato, já vai ser regularizado e a gente vai ver essa possibilidade se esse terreno vai ficar com o Estado, se vai passar para o município, porque é uma área que pertence ao distrito. Então, o ideal, talvez, seria que ficasse com o município, para o município regularizar, porque ele teria, porque esses dois distritos, tanto Nazaré e Calama estão... Calama está dentro de uma área particular, embora um distrito oficial do município, mas, ele é todo numa área particular. Então, ninguém lá tem documento de área, ninguém tem nada. Nazaré também é uma área de um PDS do INCRA, também, mesmo sendo oficial do distrito, oficializado pelo município como distrito. Então, a gente tem que regularizar todas essas questões fundiárias. É importante que as famílias entendam que essas áreas também

ficaram distantes da margem do rio, até por uma questão de localização, de segurança, de impacto, então a gente precisa também de todo esse convencimento da população. Porque, por exemplo, eu estive em Calama. A gente visitou família por família ali no bairro São Francisco, ali embaixo, que são as famílias mais impactadas e a maioria não queria mais sair dali. Pode ser que em função deste ano, como encheu novamente, talvez agora elas já tenham um novo pensamento: "não, realmente, a gente precisa sair dessa área que constantemente pode ter impacto de cheia, então eu tenho que ir para uma área mais segura". Mas a gente sabe que tem todo um sentimento, não é? Enquanto está sendo afetado, as comunidades querem sair. Aí, quando passa aquele período de estiagem, que seca tudo, ela já revê esse sentimento e já não querem sair de onde estão. Então, a gente tem todo um trabalho muito grande de convencimento, de preparo, de organização dessas remoções.

O SR. ADAILTON NOLETO - Eu queria só te apresentar uma novidade aqui, que é importante, já que você está contando com aquela área que está ocupada. E até aqui, o Maravilha, o Cristiano do ICMBio lá, da Reserva Cuniã, Coordenador, ele pediu ampliação da Reserva. Sabe o que é que aconteceu? O Governo Federal, agora, em dezembro, decretou mais 19 mil hectares de terras para o Cuniã, ela vai chegar até aqui perto da ponte. Pode inviabilizar aquele assentamento. É preciso vocês verem o pessoal do Instituto de Terras de Rondônia a respeito disso.

A SRA. FABIANE PASSARINI - A questão aqui dessa área da Gleba Maravilha, é uma área bem mais delicada. Aquela área ali, a gente está tomando mais precauções ainda, em

função de várias coisas que estão surgindo, inclusive nas análises processuais dessa área. Essa área está em tomada de conta especial, então têm várias situações sendo tomadas aí neste novo Governo para se respaldar com relação àquela região. Até porque ela foi desapropriada como urbana e ela é rural. Ela não está dentro da margem de expansão urbana do município, então a gente está vendo como é que vai ser esse procedimento.

O SR. ADAILTON NOLETO - A outra é muito mais próxima do Cuniã, a do Mutum.

A SRA. FABIANE PASSARINI - Então, a de Bom Jardim é que a gente está revendo. Eu vou falar com o pessoal da SEDAM agora, quando a gente sair daqui para ver essa questão. Até porque ali tem muita fiscalização da Polícia Ambiental, porque está dentro da área de limites ali da Reserva, não é? Então, eles estão sempre visitando, estão sempre ali. A gente vai verificar com eles como é que está essa questão dessa invasão.

O SR. ADAILTON NOLETO - Eles estão dentro da reserva mesmo.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Depois você troca uma ideia com ele ali. Está bom?

A SRA. FABIANE PASSARINI - Então, assim, só com relação às habitações, que a Nágila colocou. Realmente,

assim, a maioria das demandas que a gente teve para realocar aqui em Porto Velho foi de São Carlos. Até porque, pela proximidade, pela estrada, a maioria das famílias vai e vêm. Algumas famílias foram beneficiadas pelo Programa Habitacional, alguns, inclusive deixaram o imóvel e voltaram para São Carlos. Até porque a vida deles é lá. Eu acho que essa vontade de vir para a área urbana acabou não dando muito certo. Algumas famílias não, realmente se instalaram aqui, estão trabalhando, reconstruíram a vida aqui. Não é o caso de todas, mas, a gente tem algumas famílias que abandonaram o imóvel e voltaram. Eu recebi alguns pedidos de estar inserido no Programa Habitacional aqui, mas quando eu fui verificar, não era família cadastrada e numa análise mais profunda, nós fomos verificar que eram filhos de pessoas que queriam continuar morando em São Carlos, mas, queriam ter um imóvel aqui só para os filhos ficarem voltando. Aí, a gente já anulou. Mas, existem alguns pedidos que ainda estão sendo analisados pelo Banco, e a gente ainda vai beneficiar algumas famílias que requereram. Mas assim, por cautela, a gente só pediu comprovação, de que realmente estava morando em Porto Velho, que estava reconstruindo a vida aqui, que essas crianças estavam estudando, para a gente não ter esse impasse novamente, de conceder o imóvel, a família não se adaptar e retornarem ribeirinhas e a gente ficar com esse problema, com imóvel vazio. Essa família nunca mais vai poder ser beneficiada com o Programa Habitacional, porque ele já vai para o cadastro nacional. Então, até para evitar esse impacto com a própria família.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Obrigado. Vamos ouvir agora, rapidamente, José de Arimateia. E já na sua fala é o último a falar, em relação ao Alessandro, já falou

da questão do financiamento, para ver o que é que a gente pode fazer por esse povo.

O SR. JOSÉ ARIMATÉIA - Deputado, quero agradecer mais uma vez e parabenizar e dizer que a EMATER, como órgão de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia tem dado apoio naquilo que é possível para atender e levantar as demandas existentes na área rural. Naquele momento, em 2014, a gente fez um levantamento, a EMATER fez um levantamento das perdas existentes no setor agropecuário, no setor agrícola em cada setor desse aqui. Realmente os números foram muito alarmantes. Naquela época, teve um prejuízo aí de R\$ 126 milhões, dentro desse levantamento que a gente fez, com base em depoimento dos próprios agricultores. Então, um prejuízo muito grande e ali teve perda também de animais, aves, suínos, enfim, foi muito grande. Este ano a gente não fez esse levantamento ainda, mas, a gente quer colocar a EMATER à disposição de todos os órgãos aqui, aquilo que for preciso o apoio com a Defesa Civil, com a SEAS, nós temos uma parceria muito forte aqui, porque o Governo do Estado é um só, no caso, a SEAS, no caso da Secretaria de Agricultura. Naquele momento foram compradas algumas sementes, via Secretaria de Agricultura do Estado, semente de hortaliças, feijão e milho, mas, a gente sabe que não consegue retribuir, não consegue retomar aquilo que era antes, como no caso, tinha muito açaí, tinha muita mandioca, muita coisa, muita produção que não voltou ao normal, nesses 04 anos. Então, mas a gente se coloca à disposição, Deputado. Dizer que a questão do financiamento, a gente pode trabalhar, na verdade quem pode ter e quem tem a competência de falar sobre isso e dizer o que é que pode ser feito são os agentes financeiros, porque eles são... O Banco da

Amazônia, o Banco do Brasil são os agentes financeiros que mais estão na linha de frente desses financiamentos, mas, a EMATER, como órgão oficial de assistência técnica, a gente pode sentar com eles e ver essa situação levantada. Nós sabemos, hoje, por exemplo, pegar como exemplo o Baixo Madeira, 100% dos financiamentos o pessoal está inadimplente. Não porque queiram estar inadimplentes, mas, porque não têm condições de pagar. E essa situação que foi levantada pelo Banco da Amazônia, e levou para a gente, e a gente sabe da realidade é devido às condições financeiras do agricultor, porque ele não está produzindo, como é que ele vai pagar? Então, tem toda essa situação que a gente está levantando, mas a EMATER está na linha de frente, está na defesa porque nós só existimos porque existe o agricultor familiar, porque existe o ribeirinho, porque existem os quilombolas e esse é o nosso trabalho.

E dizer, Deputado, que a gente conta com o senhor como parlamentar aqui desta Casa, para dar esse apoio para a Assistência Técnica e Extensão Rural, a EMATER se coloca à disposição para a gente sentar num momento específico, e está trabalhando a Assistência Técnica do nosso Estado, a EMATER está a sua disposição, à disposição da Assembleia e a gente quer essa aproximação. Pode até parecer que o senhor não é do setor, mas a gente quer o senhor junto com a gente nesse setor, porque nós sabemos que Rondônia tem mais de 100 mil agricultores familiares. E desses 100 mil, eu tenho certeza que mais de 50 têm necessidade real de uma assistência técnica específica. E a gente está na linha de frente, esperando o apoio de todos vocês para a gente entender essa necessidade. Lógico que o assunto aqui é específico, a questão dos ribeirinhos e nós estamos à disposição. Dizer aqui para o Alan, que nós somos parceiros e qualquer demanda que tiver nesse nível que você pediu, a gente está à disposição para trabalhar. Eu acredito que

isso é muito importante, essa reivindicação, e, esse momento é o momento oportuno de a gente estar traçando e ver as competências de cada entidade trabalhar. A EMATER se coloca à disposição para qualquer tratativa que possa trabalhar isso aí.

O SR. ALAN FRANÇA - Na verdade, eu queria só, na presença do Deputado, para ele reiterar esse pedido desse levantamento do solo na região, lá dos agricultores, produtores, porque afeta aqui também a população. A produção de abacaxi caiu, eu acho que você tem o levantamento de 10 anos, era um dos maiores produtores de abacaxi da região, ali na Vila da Penha. O Vereador é conhecedor, hoje não tem mais. Tudo por causa do encharcamento do solo. Então, se a EMATER pudesse fazer um levantamento na região para salientar. Então, eu queria colocar aqui para o Deputado colocar isso como pauta para pedir para a EMATER, eu de antemão já lhe agradeço também, Secretário.

O SR. JOSÉ ARIMATÉIA - Ok. Só para fechar aqui, eu queria parabenizar toda essa equipe que trabalhou hoje aqui, que deu os seus depoimentos. Eu acho que foi muito rica essa participação de todos vocês nesta Audiência Pública. Mesmo a gente participando de várias audiências, mas, sempre traz mais informações. Eu acho que é muito válida essa iniciativa, e a gente só tem que realmente ter novas tratativas, pontuar toda essa situação e pautar para as nossas próximas oportunidades que a gente tem de estar tendo um caminho, ter saídas para que resolva essa situação aqui pautada. Quero parabenizar e agradecer em nome do nosso Presidente Luciano Brandão, que não pode estar

presente. E dizer que a EMATER está à disposição desta Casa de Leis e de todos vocês agricultores. Obrigado.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Muito obrigado, obrigado pelas palavras. E, José de Arimatéia, quero te dizer que essa questão dos agricultores, da agricultura familiar, ela me interessa bastante porque nas eleições de 2018 eu andei bastante. Andei nas Linhas e eu vi que o Estado não consegue chegar a muitos lugares. E através da nossa emenda parlamentar, das instituições sem fins lucrativos, da EMATER, a gente consegue chegar e atender essas pessoas. Aproximei-me do Secretário Evaldo, do Município de Porto Velho, para eu entender realmente a fundo, entender as problemáticas que existem e abraçar a agricultura familiar, que a gente sabe que o que leva este País é a agricultura, está certo? Meu muito obrigado.

Quero agradecer aqui, mais uma vez, José de Arimatéia, Vice-Presidente da EMATER, muito obrigado. Agradecer ao Marcelo Santos, Coordenador da Defesa Civil, muito obrigado presença, obrigado Marcelo, admiro seu trabalho desde antes de ser Vereador eu já acompanhava suas entrevistas na televisão, parabéns mesmo, você é arrojado.

Aqui o senhor Major Sanches, eu estive lá, eu fiquei muito feliz de ter me atendido com bom grado, me deu uma aula de mais ou menos uma hora e meia; aqui cumprimentar o Márcio Poeta também, cumprimentar e agradecer a Exm^a. Sra. Liana Silva, Secretaria Adjunta e leva o nosso agradecimento também para Secretária Luana Rocha. Muito obrigado.

Mas antes de encerrar eu quero aqui, teve aqui a Nágila e o Dr. Fadricio e a equipe deu aqui uma ideia bacana para a gente formar uma Comissão para podermos

ajudar toda a comunidade, formar essa Comissão, aí Fadrício, você toma à frente disso aí está certo? Eu acho que é importante, porque se a gente não formar uma Comissão dessas vai ficar só nas palavras, como eles falaram e eu tenho certeza se a gente marcar reuniões, a gente conversar, entender um pouco melhor, a gente vai levar soluções que realmente o nosso povo precisa.

Eu quero agradecer todo o público, agradecer todas as pessoas que estiveram presentes; agradecer toda a equipe da Assembleia Legislativa mais uma vez, muito obrigado senhores, vocês foram de grande valia, agradecer a todos, Vereador Tiãozinho, em nome da Nágila agradecer a todos que vieram de tão distante, de tão longe, agradecer toda assessoria do gabinete do Marcelo Cruz, meu muito obrigado a todos vocês, sem vocês a gente não ia conseguir fazer esta Audiência Pública, assim como eu falei, eu quero me inteirar muito mais, eu quero aprender muito mais e eu tenho certeza que brevemente a gente vai está sabendo falar a fundo e saber as problemáticas que o nosso povo tão humilde, tão necessitado precisa da ajuda do nosso gabinete da Assembleia Legislativa. Muito obrigado e eu tenho certeza que brevemente a gente terá notícias, notícias que realmente vai surpreender.

Muito obrigado, Deus abençoes a todos e declaro encerrada esta Audiência Pública.

(Encerra-se esta Audiência às 12 horas e 24 minutos)

(Sem revisão dos oradores)